



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE MAIO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
Ascenso Luís Seixas Simões
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da apresentação da proposta de lei n.º 61/IX, da proposta de resolução n.º 38/IX, dos projectos de lei n.ºs 282 a 288/XI, das apreciações parlamentares n.ºs 50 e 51/IX, dos projectos de resolução n.ºs 150 e 151/IX e da resposta a requerimentos.

Em declaração política, o Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho (PS) deu conta de um conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre o tema «Portugal com mais futuro: qualificação é a solução» e criticou a política do Governo nas áreas da cultura, educação e ciência, tendo, no fim, respondido aos pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Antunes (PSD), Diogo Feio (CDS-PP) e Maria Elisa Domingues (PSD).

O Sr. Deputado João Teixeira Lopes (BE), em declaração política, falou da III Convenção Nacional do Bloco de Esquerda, realizada no passado fim-de-semana. No fim, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Telmo Correia (CDS-PP) e Luís Marques Guedes (PSD).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) condenou a política seguida pelo Governo na área da saúde.

A Sr.ª Deputada Maria Ofélia Moleiro (PSD) referiu o trabalho desenvolvido pela Associação de Municípios da Serra de Sicó, a ADSICÓ, e as necessidades mais prementes da região, após o que respondeu aos pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado José Miguel Medeiros (PS).

Ordem do dia. — Foi apreciada, na generalidade, a proposta de lei n.º 60/IX — Autoriza o Governo a criar regras específicas sobre o acesso à profissão de motorista de táxi, através da concessão de uma autorização excepcional que vigorará por um período máximo de 3 anos. Intervieram no debate, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Jorge Costa), os Srs. Deputados João Gago Horta (PSD), Luís Miranda (PS), Bruno Dias (PCP), Luís Fazenda (BE), Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), Paula Carloto (PSD) e Nelson Baltazar (PS).

Foi também apreciado, na generalidade, o projecto de lei n.º 143/IX — Adota medidas para assegurar a efectiva administração regional do antigo Hospital Militar da Boa Nova, em Angra do Heroísmo (PS), tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Luiz Fagundes Duarte (PS), Joaquim Ponte (PSD), António Filipe (PCP), Paulo Veiga (CDS-PP) e Diogo Feio (CDS-PP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Jorge Fidalgo Martins
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Jorge Pinto Lopes
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henriqué José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António de Sousa e Silva
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel dos Santos Alves
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Miguel Gonçalves Miranda
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves

Luís Filipe Soromenho Gomes
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Jorge Reis Antunes Frاسquilho
 Paulo Jorge Frázão Batista dos Santos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António de Almeida Santos
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Cabodeira
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Jaime José Matos da Gama
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares

João Cardona Gomes Cravinho
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedrosa
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Smedo

Partido Popular (CDS-PP):

Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Henriqué Jorge Campos Cunha
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís José Vieira Duque
 Manuel de Almeida Cambra
 Narana Sinai Coissoró

Paulo Daniel Fugas Veiga
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Vicente José Rosado Merendas

Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas, dos requerimentos e das respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa.

O Sr. **Secretário** (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi respondido, em 8 de Maio, o requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Ascenso Simões.

Deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de lei n.º 61/IX — Altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando as sementes de *canabis* não destinadas à sementeira e a substância PMMA às tabelas anexas ao decreto-lei, que baixa à 1.ª Comissão; proposta de resolução n.º 38/IX — Aprova, para ratificação, o Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste, assinado em Dili em 20 de Maio de 2002, que baixa à 2.ª Comissão; projectos de lei n.ºs 282/IX — Adota medidas de urgência de apoio aos trabalhadores na situação de desemprego e de promoção do emprego e de apoios à contratação (BE), que baixa à 8.ª Comissão, 283/IX — Elevação do Samouco, no concelho de Alcochete, à categoria de vila (PCP), que baixa à 4.ª Comissão, 284/IX — Introduz medidas com vista à redução dos gastos com medicamentos comparticipados e altera a Lei n.º 14/2000, de 8 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 271/2002, de 2 de Dezembro, bem como o Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 291/98, de 17 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 242/2000, de 26 de Setembro (PCP), 285/IX — Cria o Museu Nacional da Indústria Naval (PCP), que baixa à 7.ª Comissão; 286/IX — Aprova os estatutos da Casa do Douro (PS), que baixa à 10.ª Comissão, 287/IX — Altera a Lei-Quadro do Sistema de In-

formações da República Portuguesa (PCP), que baixa à 1.ª Comissão, e 288/IX — Reconhece o estatuto de Panteão Nacional à Igreja de Santa Cruz, em Coimbra (PSD), que baixa à 7.ª Comissão; apreciações parlamentares n.ºs 50/IX (PS) — Ao Decreto-Lei n.º 60/2003, de 1 de Abril (Cria a rede de cuidados de saúde primários) e 51/IX (PS) — Ao Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril (Estabelece as normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial); e projectos de resolução n.ºs 150/IX — Reclama medidas na formação e colocação de recursos humanos afectos à prestação de cuidados de saúde (PCP) e 151/IX — Relativo à adopção de medidas de segurança no transporte de materiais explosivos (PCP).

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho.

O Sr. Manuel Maria Carrilho (PS): — Ex.^{mo} Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acabou de levar a cabo, entre 6 e 13 do corrente mês, um conjunto de iniciativas sobre o tema «Portugal com mais futuro: qualificação é a solução».

Com efeito, é uma forte convicção do Partido Socialista a de que só através de uma ousada, contínua, exigente e diversificada política de qualificação dos portugueses e das suas instituições que Portugal conseguirá ultrapassar os bloqueios estruturais que nos separam dos parâmetros europeus e das metas por que todos os portugueses anseiam.

Foi esta convicção que, entre 1995 e 2002, inspirou a política seguida pelos XIII e XIV Governos constitucionais nos domínios da cultura, da educação, da formação e da ciência.

Com resultados diversos, nuns sectores melhores, noutros mais insatisfatórios, mas com um saldo global que é, nacional e internacionalmente, reconhecido como muito positivo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Se há avaliação crítica a fazer — e ela deve fazer-se sempre —, a do Partido Socialista vai claramente no sentido de que se deveria ter feito ainda mais em áreas como, por exemplo, a educação de adultos, os equipamentos escolares ou as articulações entre a formação e a educação.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Infelizmente não é assim que pensa o Governo da maioria de direita; pensa mesmo o contrário, e foi por isso que, no quadro do Orçamento do Estado para 2003, reservou os mais drásticos bloqueadores e cegos cortes aos sectores da cultura, da educação e da ciência.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Bizarra opção esta, que se traduziu na inversão do ciclo de aposta nos recursos humanos nacionais iniciado em 1995, inversão que a situação de contenção orçamental apenas ajuda a ver melhor, uma vez que ela exige que se explicitem claramente quais são, na verdade, as hierarquias e as prioridades do actual Executivo.

Uma coisa, para nós, é certa: essas hierarquias e prioridades não se encontram na qualificação.

Em 2003, o Orçamento do Estado escolheu justamente estas áreas para serem as mais severamente tratadas, desistindo, assim, do combate ao atraso estrutural que afecta o nosso país.

Como aqui mesmo sublinhei em Outubro passado, como compreender de outro modo que o esforço na educação de adultos tenha caído quase 18 %, que o investimento nas escolas profissionais tenha diminuído quase 14 %, que o crescimento científico e tecnológico, que vinha a crescer nos últimos seis anos — tinha crescido 15 % —, seja agora estrangulado e que o financiamento da cultura volte a valores de há 10 anos?

O Sr. José Magalhães (PS): — É inacreditável!

O Orador: — O Orçamento do Estado de 2003 tornou-se, de facto, não no Orçamento da qualificação de que País precisa mas no Orçamento da desqualificação nacional, com várias consequências nefastas, para as quais o PS chamou a atenção e volta a chamar.

Aplausos do PS.

Destas consequências destaco três: em primeiro lugar, a do agravamento do défice histórico e estrutural que atinge, sem excepção, todos os domínios da qualificação; em segundo lugar, a de fragilizar todas as apostas que se façam nas áreas da criatividade, da produtividade e da competitividade nacionais; e, em terceiro lugar, a de aumentar o fosso entre os nossos parâmetros e os dos nossos parceiros europeus, debilitando-nos face aos próximos novos países da União Europeia, que, em geral, exibem recursos humanos bem muito mais ricos e qualificados do que os nossos.

Apesar das críticas provenientes de tantos e de tão variados sectores, o Governo persiste na sua nefasta orientação neste campo, que é possível sintetizar em três traços muito claros: indiferença pela educação e pela formação, desvalorização da cultura e insensibilidade pela ciência.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Só assim se compreende que se desvalorize o investimento no pré-escolar, se empobrecam os recursos e a oferta educativa no ensino básico, se anunciem como novas medidas que já anteriormente foram tomadas, se suspenda uma reforma como a do ensino secundário, para, depois, a retomar parcial e caoticamente, chegando-se ao ponto de se aprovarem programas que não irão existir, se esqueça a educação de adultos, se desvalorizem os projectos da escola para a cidadania, se garrotem programas com a importância do Programa Ciência Viva, se avance com ideias vagas e incoerentes no ensino superior, onde o único elemento claro parece ser o do aumento das propinas, se desarticule o nosso frágil e embrionário sistema científico nacional e se esqueça qualquer ambição cultural, no domínio do património ou da criação, para já não falar do abandono das redes nacionais de bibliotecas, de arquivos, de cine-teatros e de museus.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Academia Americana das Artes e das Ciências publicou há dias, no âmbito do *UBASE project*, um relatório sobre as consequências do investimento na educação, onde se avalia as controvérsias que a matéria suscita e os seus múltiplos efeitos. Peço a atenção dos Srs. Deputados da maioria para este relatório, que tem por base dados de 105 países e que conclui pelo impacto determinante do investimento educativo, não só no desenvolvimento económico, na produtividade, no incremento do espírito de iniciativa mas também na diminuição de todos os tipos de desigualdade, a par com efeitos muito positivos no âmbito da saúde, da demografia e da vida cívica e política.

Os imperativos da modernização atravessam hoje a sociedade portuguesa e não se compadecem com hesitações, suspensões ou retrocessos na valorização dos portugueses.

Aplausos do PS.

Estagnar é, aqui, recuar. Estagnar num domínio tão vital, frágil e estratégico como este é recuar e é, sobretudo, condenar os portugueses a um futuro menor.

É pela gravidade desta opção que o Partido Socialista responsabiliza o actual Governo e a maioria que o apoia, esperando que, a tempo, isto é com urgência, se retome a via da qualificação nacional. A qualificação não deve ser um campo de batalha, bem pelo contrário. Por isso, estando agora anunciadas, ou na mesa, alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo, à Lei da Autonomia das Universidades e à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, não temos dúvida de que o País ganharia com a criação de sólidos e alargados consensos à sua volta.

O PS está disponível para trabalhar neste sentido. Agora, como ontem afirmou o Secretário-Geral do Partido Socialista, se o que se pretende é o nosso acordo para mais desresponsabilização do Estado no financiamento da educação, não o daremos.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Nem nos podem pedir para apoiar políticas de selecção precoce de crianças e adolescente, ou para hostilizar as escolas e os professores, atacando a sua autonomia.

O desafio que aqui fica é para que se debatam, com tempo e profundidade, as leis estruturantes do nosso sistema educativo. Se esse processo for conduzido para qualificar a educação, é possível o entendimento; se for para persistir na actual senda de desqualificação, o Governo e a maioria que o apoia só podem contar com a nossa mais veemente oposição.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Carlos Antunes, Diogo Feio e Maria Elisa Domingues.

Por ordem de inscrição, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Antunes, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. Carlos Antunes (PSD): — Sr. Presidente. Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho, deixámos de viver o sonho cor-de-rosa, onde o paraíso prometido deu lugar ao abandono irresponsável, que, aqui, todos nós temos recordado várias vezes.

Penso que V. Ex.^a se esqueceu facilmente da realidade deste País e daquela que nos deixaram. V. Ex.^a desconhece o nosso país, desconhece que a matéria que abordou não pode ser tratada à luz de uma visão mais ou menos virtual.

A educação é para as pessoas, tal como a cultura é para o País. Os portugueses têm conhecimento do que está a ser feito neste momento pelo Governo. VV. Ex.^{as} é que não. Mas pode ser que, num próximo livro, não cinzento, ou no próximo capítulo de *Dias Cinzentos*, provavelmente com um outro tom, colorido, embora também não pretendamos que seja cor-de-laranja, a verdade venha ao de cima, que sejam capazes de a relatar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, recorde-lhe, porque parece que se esqueceu, de que foi este Governo que teve a coragem de alterar o Estatuto do Aluno do Ensino não Superior, com destaque para o aumento da disciplina e o reforço da autoridade do professor.

Recordo-lhe a lei do sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, que garante o acesso dos cidadãos à informação sobre o desempenho das escolas.

Recordo-lhe o documento orientador da reforma do ensino secundário, que tem como objectivo alargar até 2010 a escolaridade obrigatória para 12 anos.

Recordo-lhe o Programa Especial de Reordenamento da Rede de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, a aprovação do Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Que reforma!

O Orador: — ... a alteração à lei de bases da avaliação das instituições do ensino superior, o lançamento de cursos pós-secundários a serem ministrados nos politécnicos.

Recordo-lhe uma série de iniciativas que têm sido assumidas e que são esquecidas por V. Ex.^a na sua intervenção.

Já esqueceram a situação económica que deixaram a este Governo? Lembro, como exemplo — por pensarem que os problemas se resolvem com mais dinheiro — os 500 000 contos que custa por ano o Pavilhão da Ciência.

Sr. Deputado, se, neste momento, V. Ex.^a fosse ministro, que opções assumiria? Ou fugiria, como fizeram os seus colegas de governo?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho fez saber à Mesa que responderá, em conjunto, aos diversos pedidos de esclarecimento.

Tem, por isso, a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho trouxe aqui o tema da

qualificação, e trouxe-o de uma forma que demonstra, desde logo, que é o mesmo é um tema estruturante para o desenvolvimento do País. Essa é, com certeza, uma ideia que unirá esquerda e direita, esquerda e centro de direita, esquerda e extrema-esquerda.

Mas, deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, também considero extraordinariamente positivo que tenha afirmado a abertura do Partido Socialista para chegar a um consenso com a actual maioria em relação a esta matéria. Desde logo, quero acentuar esse aspecto.

Contudo, V. Ex.^a traz também aqui um discurso de natureza crítica no que toca à questão do investimento, dando como exemplo aqueles que foram os tempos de governação do Partido Socialista — se bem que deixando sempre alguns pequenos «pecados», que considera terem existido mesmo nessa época.

Sr. Deputado, V. Ex.^a está consciente de que não foi por termos feito um grande investimento, por exemplo, nas questões de educação que o nosso lugar no *ranking* se inverteu a nível da União Europeia?

Protestos do PS.

V. Ex.^a sabe, por exemplo, que Portugal tem a maior percentagem de indivíduos com pelo menos o ensino secundário completo?

V. Ex.^a sabe, por exemplo, que, em relação à população entre os 18 e os 24 anos que não se encontra a frequentar qualquer grau de ensino e não possui o ensino secundário completo, Portugal também ocupa, infelizmente, o lugar de «carro-vassoura» a nível da União Europeia?

Sabe também V. Ex.^a que, em relação às saídas precoces, aquilo que deixaram foi tudo menos uma boa herança?

V. Ex.^a tem ideia de que não é por se deitar mais dinheiro para uma fogueira que se encontra uma reforma mais barata e melhor?

Vozes do PS: — Não é mais barata! É melhor!

O Orador: — É isto que é fundamental.

V. Ex.^a sabe que há uma enorme diferença entre a quantidade e a qualidade do investimento e que este é que é o problema essencial?

V. Ex.^a sabe que muito do investimento de que falava era apenas mera despesa corrente?

Vozes do PS: — Não!

O Orador: — É isto que é importante quantificar e clarificar. Foi isto que V. Ex.^a não clarificou e era fundamental que o fizesse.

Em relação à desresponsabilização do Estado, designadamente quanto às propinas, gostaria de saber, desde já, qual é o patamar de entendimento que o Partido Socialista tem.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ou seja, considera ou não importante, também aqui, aproximar mais a Administração da própria situação que está a tratar?

Por fim, uma última pergunta fundamental: estão VV. Ex.^{as} firmes na necessidade de acompanhar o Governo na reforma, que é essencial, da educação, que está a ser iniciada e que tão importante será para o nosso país?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho informou a Mesa de que, afinal, pretende responder de imediato a estes dois pedidos de esclarecimento.

Assim, tem a palavra, dispondo, para o efeito, de um tempo máximo de 5 minutos.

O Sr. Manuel Maria Carrilho (PS): — Sr. Presidente, respondendo aos Srs. Deputados Carlos Antunes e Diogo Feio, quero distinguir, muito claramente, dois planos: o de um conjunto de considerações genéricas e sem grande sentido, do meu ponto de vista, que foram feitas no primeiro pedido de esclarecimento, e o de não ter sido certamente por acaso que remeteram tantas vezes para a palavra «virtual».

São, efectivamente, considerações que não têm, em nada, a ver com aquilo que esteve presente na minha intervenção, que foi o assumir aqui, por parte do Partido Socialista, perante o Parlamento e o País, uma causa pela qual nos batemos, enquanto governo, e continuaremos a bater-nos, como oposição, e é algo de que não podemos abrir mão em caso algum, porque sabemos que é um sector estratégico para o desenvolvimento do País.

Não somos dos que temos na boca todo o tempo a palavra «qualificação»; tivemos-la nos actos! Porém, o que aconteceu foi que o Governo da actual maioria prometeu um esforço grande neste sector, um esforço de convergência com a Europa, e só assistimos, de há um ano para cá, a um retrocesso, a um aumento do fosso em relação aos parentes europeus.

Este é que é o ponto central!

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado Diogo Feio falou dos dados estatísticos que nos preocupam muito, a si e a nós. Esqueceu-se, no entanto, de referir o que, de resto, lembramos e assumimos na publicação que agora fizemos, que não tem, efectivamente, o luxo, o garbo, nem é pensada por uma central de comunicação, como a que os Srs. Deputados agora também têm oportunidade de...

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Essa é uma boa leitura!

O Orador: — Nem se sabe bem, também, quanto custou...

O Sr. António Costa (PS): — É paga pelos contribuintes!

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Essa é uma boa leitura...!

O Sr. José Magalhães (PS): — É a austeridade!

O Orador: — É um exemplo de austeridade notável.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Mas o que seria sério no debate destes problemas seria o Sr. Deputado lembrar e assumir aqui o que se progrediu nesses índices nos últimos anos.

No domínio da educação, da ciência, da cultura, temos um défice histórico que não é com «sobe e desce» que se resolve. É preciso um esforço contínuo e foi esse esforço, que os senhores tinham assumido na campanha eleitoral, que abandonaram quando chegaram ao governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não é por acaso que estrangularam, justamente, todos estes sectores.

Por exemplo, pegando no domínio da ciência, quero saber como é vamos respeitar ou conseguir atingir os 3 % de financiamento, estando o investimento na ciência a cair de novo, comparado com os últimos seis anos, área onde progredimos sistematicamente até aos 15 %.

Portanto, o que se anuncia é, efectivamente, o percurso de desqualificação, a desqualificação das instituições e dos portugueses, e com esse cenário não pactuamos!

Por último, em relação ao que está em debate, ficamos surpreendidos que se abram períodos de debate público, como acontece com várias iniciativas neste momento, nomeadamente com a lei do enquadramento do ensino superior, cujo debate público termina no dia 18, e que já se anuncie que no dia 22 o Conselho de Ministros vai aprovar as novas leis. Ficamos um pouco perplexos com a avaliação que efectivamente se pode fazer das contribuições que forem apresentadas até esse momento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Para nós, o debate sobre estas matérias não é uma cosmética mas um debate sério,...

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Para nós, também!

O Orador: — ... o que, até ao momento, não vimos por parte do Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Elisa Domingues.

A Sr.^a Maria Elisa Domingues (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho volta a fazer, neste Plenário, um ano depois, quase dia por dia — em 2002, fê-la a 16 de Maio —, uma intervenção crítica acerca das políticas culturais e educativas do Governo.

No ano passado, o seu maior alvo foi a RTP; a sua preocupação era a de que o actual Governo arrasasse o serviço público de televisão. Isso verificou-se? Bem pelo contrário, com a administração nomeada por este Governo e presidida, aliás, por um excelente gestor ligado à mesma área política que V. Ex.^a, inverteu-se a tendência do mimetismo programático e da inconsistência estratégica em

que a RTP tinha tragicamente mergulhado e que V. Ex.^a, aliás, por diversas vezes, ao longo da governação socialista, denunciou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — A RTP, hoje, é de novo um serviço público de que os portugueses se orgulham e, demonstrando que o público começa talvez a cansar-se do «telelixo», recuperou audiências — a da RTP1 situa-se, neste momento, entre os 23 % e os 24 % —, poupando, ao mesmo tempo, milhões e milhões de contos ao erário público.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Mas de que políticas fala V. Ex.^a quando se refere às políticas de educação e culturais do PS? Da sua?! Da de José Sasportes?! Da de Augusto Santos Silva?! Porque foram políticas e políticos muito diferentes, Sr. Deputado!

Em si, ainda reconhecemos a coragem de certas medidas tomadas, o que contrastava com a indecisão generalizada dos governos socialistas, indecisão essa que o levou, aliás, a bater com a porta, mas nós não o criticamos por isso. Às vezes, a fidelidade aos ideais, e em particular aos ideais políticos, tem de sobrepor-se à fidelidade aos amigos, ou às pessoas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Contudo, fazer política como o senhor fez, ou seja tomar decisões, implica comprar guerras e inimigos, como aconteceu com saída do seu Secretário de Estado, com a polémica com colegas seus de bancada — lembro, por exemplo, o Sr. Deputado Manuel Alegre —...

O Sr. João Moura (PSD): — Já esqueceu!

A Oradora: — ... com a guerra com os cineastas, ou com o Dr. Artur Santos Silva, e implica também erros e omissões.

O Sr. Deputado recordou aqui, hoje, a rede nacional de bibliotecas e a recuperação dos cine-teatros. Foi o senhor, enquanto ministro, que prometeu que, até 2002, todas as capitais de distrito teriam os seus teatros recuperados ou construídos de novo.

O Sr. João Moura (PSD): — Esqueceu-se!

A Oradora: — Isso aconteceu? Sabe que não, Sr. Deputado!

Por fim, tal como pediu, faço-lhe três perguntas muito concretas. Onde deixou o PS garantido o financiamento para o projecto da Casa da Música?

Onde estava o planeamento e a sustentabilidade do Teatro Camões, cuja renda — note-se — custa € 5000/dia, ou seja, 30 000 contos/mês?

Como se acautelaram os fundos e os meios logísticos para o museu de Foz Côa, cujo projecto previa visitantes na ordem dos 200 000/ano?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. Manuel Maria Carrilho (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria Elisa Domingues, tenho imenso prazer em responder-lhe, sobretudo tendo em conta a atenção com que regista as datas das minhas intervenções, cita as minhas próprias palavras...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Está a ver!

O Orador: — ... e escreve as intervenções antes mesmo de eu ter feito a minha.

Aplausos do PS.

Quero responder-lhe muito directamente não só às suas três perguntas concretas mas também à questão que acabou por incidir (naturalmente, escrevendo antes) sobre uma matéria muito diferente daquela que falei aqui.

A Sr.^a Deputada falou sobre a RTP, e não tenho qualquer problema em dizer que continuo com as preocupações que tinha. Não tenho qualquer entrave em reconhecer os progressos que se fizeram em diversas áreas na RTP,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — E reconhecer o erro?

O Orador: — ... como, ao mesmo tempo, em expressar a enorme preocupação — e surpreende-me que venha da sua parte um elogio tão afoito — quanto ao que se passa na RTP, porque, se há melhorias a reconhecer no domínio da informação, temos o deserto completo no domínio da programação e das perspectivas futuras.

O Sr. José Magalhães (PS): — É verdade!

O Orador: — Tenho, sobretudo, uma grande preocupação com o anúncio, feito pelo Sr. Ministro da Presidência em Dezembro passado, de várias medidas, de vários diplomas, dos quais até hoje não vimos um único.

O Sr. José Magalhães (PS): — Zero!

O Orador: — Lembro apenas, por exemplo, que o Sr. Ministro da Presidência garantiu que entregaria aqui, no Parlamento, até ao dia 30 de Maio, as propostas de revisão de 13 diplomas que têm a ver com a situação do audiovisual e, até ao momento, que saiba, mas o Sr. Presidente poderá esclarecer-nos melhor, não entrou um único desses documentos.

O Sr. José Magalhães (PS): — É verdade!

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Isso é a chamada resposta de «fuga para a frente»!

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Não sei se é fuga para a frente ou para trás!

O Orador: — Quanto à RTP, estamos, pois, conversados.

No que diz respeito às três questões que colocou, cujos pontos, repito, não estavam contidos na minha intervenção, começando pela última, agradecia que a Sr.^a Deputada ou qualquer dos Deputados da maioria, pois já têm invocado esse argumento muitas vezes, dissesse qual foi o responsável do governo anterior ou do sector que alguma vez assumiu que iriam ao museu de Foz Côa 200 000 pessoas/ano. É, de resto, um total disparate, pois confundem um projecto de um parque temático, que uma empresa espanhola veio apresentar para a área, com o projecto do museu, que foi sempre um projecto modesto, com uma ideia muito rigorosa sobre os visitantes; e toda a política desenvolvida no sector foi com esse objectivo.

Os meios para a construção do museu foram assegurados pelo POC e pelos fundos comunitários em 50 %, e a Sr.^a Deputada sabe que isso estava inscrito nos respectivos programas. É, de resto, com essa verba que o actual Ministro conta para fazer o museu, que sabemos que, neste momento, está atrasado, pois já devia estar a terminar o concurso de ideias do novo museu e, até ao momento, ainda não se viu absolutamente nada.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tem de terminar.

O Orador: — Quanto ao Teatro Camões, pergunto à Sr.^a Deputada Maria Elisa se tem ideia de quanto custa... É muito demagógico, muito grosseiro mesmo, vir aqui dizer que o Teatro custa 30 000 contos/mês.

Quanto custa o CCB?

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se não concluir, retire-lhe a palavra.

O Orador: — Quanto custa, hoje, alugar o Tivoli? Custa isso! Quanto custa, hoje, alugar qualquer teatro nacional? Custa muito mais do que isso! Quer fechar o Teatro? Então, fechem-se todos os teatros nacionais, a Cinemateca, o CCB, porque esses são os custos destes equipamentos. Estes são os custos...

Aplausos do PS.

A Sr.^a Maria Elisa Domingues (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Maria Elisa Domingues (PSD): — Sr. Presidente, é, muito singelamente, uma interpelação e não uma defesa da honra, porque considerá-lo-ia ridículo.

Apenas quero lembrar ao Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho que mau seria que eu não arquivasse uma intervenção como a que ele fez no ano passado, onde se previa que este Governo iria arrasar o serviço público de televisão.

Por outro lado, como a bancada socialista pôde constatar, durante os 8 minutos que durou a intervenção do Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho, não tive dificuldade qualquer em escrever, enquanto ele falava, três pequenas páginas para lhe fazer as perguntas, a que, aliás, o Sr. Deputado não respondeu concretamente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o que fez não foi uma interpelação à Mesa...

A Sr.^a Maria Elisa Domingues (PSD): — Foi, sim, Sr. Presidente. É para que fique registado!

O Sr. Manuel Maria Carrilho (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente, também para uma interpelação.

O Sr. Presidente: — Vou dar-lhe a palavra, Sr. Deputado, mas peço-lhe que seja tão breve quanto a sua colega.

O Sr. Manuel Maria Carrilho (PS): — Serei muito breve, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Manuel Maria Carrilho (PS): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que registo, e a Câmara também, o que a Sr.^a Deputada Maria Elisa consegue escrever em 3 minutos!

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. Presidente: — Não é de excluir que a nossa colega seja perita em estenografia, Sr. Deputado!

Risos.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda realizou este fim-de-semana a sua III Convenção Nacional. Dedicando especial atenção à construção europeia, a III Convenção foi exemplo de debate político aberto e democrático.

Num momento em que alguns tentam impor o modelo único de partido em nome de uma suposta democracia pré-fabricada, o Bloco realizou a sua Convenção sem delegados por inerência, todos eleitos pelo voto dos militantes, sem quotas para secretários-gerais, sem limites no direito à discordância e à candidatura, com o direito ao voto secreto e à apresentação de alternativas políticas e de direcção, eleitas proporcionalmente, e dando a todos, maioria e minoria, a possibilidade de se fazerem representar. Na sua Convenção, como na sua vida, o Bloco leva a sério e com radicalidade a democracia interna. Não precisa, e continuará a opor-se a um modelo único de partido.

Na Convenção do Bloco de Esquerda não se discutiram protagonismos e benesses. Discutiram-se políticas e alternativas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, num país que se afunda em escândalos;

Num país em que um dirigente partidário ocupa um lugar no Conselho Superior de Magistratura, apesar de o seu líder estar ligado a um processo judicial, e que, em vésperas de tomar posse, toma posição pública sobre o julgamento que o envolve;

Num país onde a maioria protege da ida a tribunal, com a imunidade parlamentar, um Deputado;

Num país onde existem denúncias e suspeitas de corrupção repartida numa importante câmara municipal da área de Lisboa;

Num país onde uma presidente de autarquia foge para o estrangeiro, depois de ter merecido, durante a campanha eleitoral, apoio do seu partido, conhecedor das suspeitas que sobre ela pendiam;

Num país em que cada vez mais políticos são confrontados com suspeitas e escândalos;

Neste país, em que os cidadãos desconfiam crescentemente dos seus eleitos, o Bloco de Esquerda discutiu, no seu congresso, propostas e alternativas.

Ao definir-se ou ao pretender definir-se como «esquerda socialista moderna», o Bloco propõe uma alternativa ao actual Estado de neoliberalismo reinante, assente num poder que tenta reduzir drasticamente o campo de alternativas viável, empobrecendo a vida política e distanciando cada vez a participação cidadã do envolvimento nas causas sociais. Por outro lado, a alternativa socialista moderna pretende combater a devastadora fragmentação das relações sociais que actualmente grassa em várias escalas.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — No espaço da União Europeia está a alterar-se profundamente o estatuto do trabalho, generalizando a precarização e tornando banais as suas formas «atípicas». Assim, procura-se reduzir o valor do trabalho e, simultaneamente, destruir a negociação colectiva e desagregar a consciência e a capacidade da organização dos trabalhadores, princípio matricial do nosso código laboral e que é, sem dúvida, uma das características mais marcantes do desenvolvimento subalterno que este Governo em tudo prossegue e agrava, administrando doses e doses de dogma fanático de estabilidade orçamental, transformando uma crise de finanças públicas numa colossal conjuntura de retrocesso económico e social. É caso para dizer que, neste momento, a cura está matar o doente.

Estou a falar de questões bem concretas: a indecorosa contenção do investimento público, a brutal quebra de confiança dos agentes económicos e, acima de tudo, os expedientes de redução do défice — desemprego, desarticulação dos serviços públicos, desenfreadas privatizações. As vantagens comparativas deste modelo subalterno ou são fragilizantes, caso dos salários baixos, ou são insustentáveis (um baixo nível de esforço fiscal conjugado com um alto nível de evasão e fraude, incluindo a evasão legalizada).

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — O Bloco de Esquerda quer alargar os espaços da cidadania e do debate democrático, combatendo consensos podres que se vão insinuando sob o manto da «estabilidade» e da «coesão social, quando, na realidade, se promove a instabilidade e a insegurança.

O pleno emprego com direitos sociais, o combate a todas as formas de discriminação — basta ver o recente relatório da OIT, que fala de formas de discriminação no trabalho para as mulheres, para os imigrantes, para os homossexuais, para os portadores do vírus da SIDA, para os velhos —, a defesa da qualidade de serviços públicos não mercantis, a aposta na educação e na apropriação democrática do conhecimento constituem respostas possíveis à desordem do capitalismo desorganizado.

Voices do BE: — Muito bem!

O Orador: — O Bloco definiu-se, igualmente, como «europeísta de esquerda», ciente das profundas interligações entre as transformações sociais que existem às várias escalas: locais, regionais, nacionais, globais. Apelando a uma dupla cidadania — nacional e europeia —, recusamos a imposição de directórios, a redução dos direitos sociais, a arbitrariedade de Constituições propostas por elementos não eleitos, os profundos retrocessos em matéria de direitos fundamentais, face às Constituições nacionais.

A Europa por que nos batemos é a da redistribuição de oportunidades e de recursos como base da devolução do poder à democracia, num combate que envolve partidos, organizações sindicais e movimentos sociais. Uma Europa não eurocêntrica, liberta de tentações militaristas e neocoloniais, defensora do pleno emprego e da livre circulação de pessoas, incluindo imigrantes. Uma Europa capaz de transformar a paisagem europeia, até hoje comandada pelas elites económicas e financeiras, devolvendo-a aos povos, a uma cidadania sem fronteiras e à acção em prol de um mundo onde a paz e a justiça social sejam inseparáveis.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Muito se especulou sobre a proposta de convergência das oposições lançada pelo Bloco de Esquerda. Houve quem nos quisesse apontar o caminho, quem nos quisesse apresentar cadernos de encargos. Mas sejamos claros quando falamos de convergência.

O Bloco apela a todas as oposições, aos partidos, às organizações e movimentos sociais, para um combate convergente e capaz de travar a fúria neoliberal que tomou as rédeas do Estado. O Bloco defende, ainda, que esta convergência deve ser capaz de construir alternativas a cada proposta e deve convergir, quando pode, e divergir, sempre que as posições próprias de cada partido sejam inconciliáveis.

As oposições devem convergir contra a política da crise, socialmente insensível. As oposições devem convergir contra a perda de direitos laborais e a precarização do trabalho. As oposições devem convergir pela sustentabilidade da segurança social. As oposições devem convergir por uma verdadeira reforma fiscal. As oposições devem convergir contra a privatização da saúde, contra desresponsabilização do Estado pelo ensino, pela independên-

cia do poder judicial, contra a lógica da guerra e do Império.

Ninguém ouviu falar, na III Convenção do Bloco de Esquerda, de alianças pré ou pós-eleitorais. O que nos preocupa é a ofensiva a que assistimos. O Bloco ocupará o seu lugar, e isto ficou claro na nossa Convenção.

Este Governo contará com a nossa oposição e todos os que se queiram opor à política de mercantilização das vidas contarão com o Bloco como um aliado leal, mas com as suas posições próprias, sem sectarismos mas com um grande entusiasmo e, acima de tudo, com a capacidade de apresentar propostas alternativas. É assim que se faz política.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Telmo Correia e Luís Marques Guedes. Dadas as limitações de tempo do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado João Teixeira Lopes responderá no fim, em conjunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, permita-me que comece por felicitá-lo, assim como aos seus colegas de bancada, pela realização da Convenção do Bloco de Esquerda, ainda que eu possa errar na terminologia, porque os senhores, de facto, têm um modelo original. Penso que, no vosso caso, a «Convenção» corresponderá ao que, nos outros partidos, é o «Congresso»; penso que a «Direcção» corresponde à «Mesa», no caso dos outros partidos, pelo que li nos jornais.

Não sei se têm líder, mas, se houver, dou-lhe desde já os meus parabéns, seja ele quem for.

V. Ex.^{as} traz-nos as decisões desta Convenção e centra-se em duas ou três ideias fundamentais.

Uma primeira, sobre a qual não perderei muito tempo, é o discurso, de que pessoalmente não gosto, mas é o vosso tradicional discurso, antipolítico e antipolíticos em geral, lançando críticas sobre vários partidos desta Câmara. Não aprecio muito este discurso, mas, enfim, está no seu direito.

Em segundo lugar, verificamos — pessoalmente, verifico-o com satisfação — que, no mesmo fim-de-semana, não só o meu clube de sempre, o Benfica, chegou à Europa, como, agora, o próprio Bloco de Esquerda também chega à Europa. É notável, é apreciável, embora com muito mais alegria minha no que diz respeito ao Benfica do que ao Bloco de Esquerda, como é evidente.

Risos do CDS-PP.

Quero, no entanto, confrontá-lo com uma frase, de conteúdo algo enigmático, que saiu desta Convenção.

Disse, segundo creio, o Sr. Dr. Francisco Louçã que havia uma nêspera — coitadinha! —, muito deitadinha, muito caladinha, à espera de amadurecer; e lá continuava ela, caladinha, coitadinha, até que veio uma velha e, zás!, comeu-a. Disse, ainda, o Dr. Francisco Louçã que o Bloco de Esquerda não é essa nêspera.

No entanto, esta frase tem, obviamente, um conteúdo enigmático cujo esclarecimento vale a pena pedir. Confesso que, apesar da referência poética, não a consegui entender completamente,...

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Ninguém!

O Orador: — ... até porque pertenço a um dos partidos que não tem qualquer referência, nem frutícola, nem vegetal.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — O CDS não é «vegetalizável», por assim dizer, não tem qualquer referência vegetal, tal como o PCP também não tem. Mas eu sei o que PCP tem, tem a foice e o martelo, e, apesar destas referências de convergência, estou perfeitamente convencido de que, se pudesse, o que o PCP faria era agarrar na foice e cortar a nêspera para, a seguir, dar-lhe com o martelo.

Risos.

É só uma opinião pessoal sobre a convergência com o Bloco de Esquerda!

Mas, como eu dizia, não tendo o CDS qualquer referência vegetal, pergunto-lhe, Sr. Deputado, se está tranquilo em relação à possibilidade desta convergência. Designadamente, quem é a velha da história? A velha será o Partido Socialista? Já pensam o mesmo sobre a NATO? Já pensam o mesmo sobre aquilo a que os senhores chamam o «império»? Já pensam o mesmo sobre a política externa portuguesa?

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Ninguém sabe!

O Orador: — Quer, agora, o Bloco de Esquerda ser partido de governo e sê-lo com o Partido Socialista? Isto não me preocupa do ponto de vista do Bloco de Esquerda. Acho normal e até natural o piscar de olhos mais ou menos poético. Preocupar-me-ia — isto, sim! — se o Partido Socialista aderisse a essa vossa pretensão.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, uso a figura do pedido de esclarecimento apenas para saudar democraticamente a realização da Convenção do Bloco de Esquerda e manifestar, tanto em nome desta nossa bancada como do próprio Partido Social Democrata, toda a disponibilidade para a manutenção do relacionamento político cordial e democrático que temos mantido com a vossa bancada.

Aos eleitos democraticamente damos os nossos parabéns e fazemos votos de que seja possível mantermos um diálogo político de respeito mútuo e de responsabilidade relativamente aos projectos de cada uma das partes.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, antes de mais, quero agradecer as felicitações que ambos os interpelantes dirigiram ao Bloco de Esquerda.

Começando por responder ao Sr. Deputado Telmo Correia, devo fazê-lo notar que o que está em causa, da nossa parte, não é um discurso contra a política ou contra os políticos mas, sim, contra uma certa forma de fazer política e um certo tipo de políticos.

Aliás, logo no início o Sr. Deputado Telmo Correia quis saber se havia ou não líder.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Mera curiosidade!

O Orador: — Ora, devo dizer-lhe que, para nós, essa é precisamente uma questão pouco relevante.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Se forem para o governo têm de ter ministros! É evidente!

O Orador: — Há uma direcção. Não temos uma fulanização, nem existe, no Bloco de Esquerda, uma autoridade carismática, e esta é, precisamente, uma outra forma de fazer política. É isto que está em causa.

O que criticamos, e eu próprio, em particular, na minha intervenção, é, se quiser, uma forma de fazer política que está muito associada ao que de pior existe no nosso país neste momento: ostentação, «pato-bravismo», fuga à justiça, suspeitas e denúncias. É esta forma de fazer política que não enobrece o País e que certamente não enriquece este Parlamento.

Inclusive, quanto a essa questão, devo lembrar-lhe que o seu próprio líder, em momentos não muito distantes, fez diversas intervenções contra este Parlamento e contra os políticos, estas, sim, simplistas e redutoras.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Enganou-se! Isso era antes!

O Orador: — Não estou a falar do Sr. Dr. Manuel Monteiro, embora perceba que essa seja uma preocupação crescente para os senhores. Estou a referir-me ao Sr. Dr. Paulo Portas.

Vozes do CDS-PP: — Não é verdade!

O Orador: — Sr. Deputado Telmo Correia, quanto à questão da Europa, é evidente que estamos na Europa e estamos neste mundo para o transformarmos. E, hoje em dia, é impossível dissociar o que são combates, causas e realidades nacionais do que são causas e realidades europeias e globais. Mas, quanto a esta questão, também ainda há muito pouco tempo, o próprio Partido Popular era profundamente céptico no que toca às matérias europeias. Por isso, não compreendo muito bem a sua referência.

Estamos empenhadamente na Europa, mas não, certamente, na Europa do poder hegemónico,...

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — E a NATO?!

O Orador: — ... dos poderes que reduzem as alternativas a uma rotatividade que não é mais do que a mesma coisa seguida da mesma coisa, e, sim, numa Europa da transformação social. É nesta Europa que estamos, decididamente, sem hesitações e sem recuos.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — E a NATO?

O Orador: — Já agora, permita-me que lhe diga, não somos vegetais — e, provavelmente, era este o sentido do texto que foi lido por Francisco Louçã; não somos vegetais, nem estamos à espera.

Sr. Deputado, em política, quem espera nunca alcança!

Aplausos do BE.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Então, e quanto à NATO?

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tal como se anunciou no Programa de Estabilidade e Crescimento, entregue na União Europeia, a política do Governo na saúde continua a ter como prioridade a criação das melhores condições para os negócios privados. Falava-se da necessidade de «libertar recursos produtivos para o sector privado». É uma orientação que o Governo tem seguido à risca.

A atribuição dos novos hospitais do Serviço Nacional de Saúde a grupos privados, cujas condições essenciais estão longe de ser conhecidas, apesar de se anunciar o seu arranque para breve, é a primeira preocupação do Governo.

Anunciam-se agora mais dois importantes benefícios para os futuros titulares privados destes hospitais: a assumpção da dívida dos hospitais que vão ser substituídos pelo Estado e a possibilidade de utilizar as suas instalações antigas para fins comerciais.

Quanto à dívida, que, independentemente de problemas de gestão, resulta em boa parte da situação de subfinanciamento em que há muitos anos se encontram os hospitais portugueses, é escandaloso que se proporcionem condições para a futura gestão privada que nunca foram dadas à gestão pública. Ou será que o Governo também vai assumir as dívidas dos hospitais que permanecem públicos para que a respectiva gestão beneficie dessa base zero?

O que é espantoso é que nem os novos hospitais S.A., cujo capital social seria para utilizar em parte no pagamento das dívidas, puderam lançar mão desse recurso. E até agora, ao que se sabe, esse capital social não foi transferido para os hospitais, continuando as dívidas por pagar. Foi mais uma «manigância» para garantir o cumprimento, pelo menos formal, dos critérios de convergência.

É igualmente chocante a possibilidade de os grupos privados utilizarem as instalações antigas dos hospitais para «fins comerciais», sabendo nós que essas instalações estão, em geral, situadas em zonas de elevado valor imobiliário e que poderia ser utilizado pelo Serviço Nacional de Saúde. É mais uma fonte de rendimento para os grupos privados.

Sabe-se ainda que a concepção dos novos hospitais será também entregue aos concorrentes privados. Lembre-se que, na área da saúde, esta concepção significa a elaboração do programa funcional de cada unidade, definindo questões importantes como a capacidade dos serviços e das respostas em cada área dos novos hospitais. É uma função que deveria estar reservada ao Estado e que, ao ser entregue aos próprios concorrentes que vão, depois, gerir o negócio, estará sujeita sobretudo a critérios de rentabilidade e de lucro, que se sobreporão às prioridades da saúde.

E assim se vai completando o protecçãoismo do Governo ao lucro dos privados, agindo o Governo como um verdadeiro representante dos seus interesses.

A privatização dos hospitais públicos lesa o interesse público e significará um aumento de gastos com estas unidades e um prejuízo para a prestação de cuidados de saúde. Não se trata de ser profeta da desgraça mas de verificar que é a este resultado que têm conduzido experiências semelhantes.

Basta olharmos para o que se tem passado com o Hospital Amadora-Sintra, em que o Governo, aliás em sintonia com o Grupo Mello, continua a ignorar, entre outros, o relatório produzido pela Inspeção-Geral de Finanças e a tentar reduzir o caso ao apuramento que vier a ser feito pelo tribunal arbitral entretanto criado, o que muito agrada, aliás, àquele Grupo privado.

Mas não podem igualmente ser ignoradas as graves consequências do desenvolvimento desta política de privatização de unidades públicas noutros países, nomeadamente no Reino Unido.

A experiência britânica mostra que, nestes esquemas, a média de aumento do custo real em relação ao inicialmente projectado foi de 72% e que os novos hospitais passaram a ter menos 20% a 40% de camas do que aqueles que substituem.

Mas, para além da questão política de fundo, continua a não estar à vista o cumprimento de condições básicas para que exista o mínimo de credibilidade e transparência neste processo. Mesmo os requisitos considerados indispensáveis pelo Tribunal de Contas, em estudo de Dezembro de 2002, e pela própria Lei de Enquadramento Orçamental estão longe de estar cumpridos.

Onde estão os indicadores de comparabilidade da gestão pública em que se terá de fundamentar a opção pelo privado? Onde estão os estudos de viabilidade financeira? Onde estão as condições de defesa do interesse público, face à mais do que previsível escassez de concorrentes? Onde está a avaliação transparente do impacto orçamental destas privatizações? Ninguém sabe! E, contudo, o negócio avança.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — É o Governo que tem de provar que há vantagens no privado, designadamente tendo em conta que lhe está a atribuir benefícios, como os que atrás referimos, que nunca foram atribuídos à gestão pública.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — É o Governo que terá de justificar o recurso ao investimento privado, quando sabe que as taxas de mercado são mais altas do que as taxas de crédito público. É o Governo que terá de explicar por que entrega nas mãos do sector privado toda a definição das características das infra-estruturas a construir. É o Governo que terá de garantir a melhoria dos cuidados de saúde, manifestamente em dúvida face às experiências que já se conhecem.

Entretanto, e prosseguindo a sua política de desmantelamento de serviços públicos e de sectores sociais decisivos para a vida dos portugueses, o Governo vai deixando ao abandono os hospitais públicos. Agudiza-se, todos os dias, a situação financeira destes hospitais, com o aumento das dívidas, a falta de recursos até para necessidades básicas, o constrangimento do crédito junto de importantes fornecedores (como é o caso dos medicamentos), numa verdadeira situação de pré-ruptura financeira, que, cada vez mais, afecta a qualidade e a segurança dos cuidados de saúde prestados nestas instituições.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ao mesmo tempo que vai claudicando perante os interesses privados, como aconteceu no recentemente assinado novo protocolo com a Associação Nacional de Farmácias (ANF), em que às «entradas de leão» se seguiram «saídas de sendeiro», aceitando os interesses fundamentais daquela entidade, o Governo transforma, assim, o Serviço Nacional de Saúde numa espécie de instituição em saldo, em que os privados levam tudo o que for lucrativo, com chorudas ajudas do Estado, e em que a saúde dos portugueses é apenas um incómodo empecilho aos negócios e ao lucro dos grupos económicos privados.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — É indispensável que o Governo recue imediatamente neste escandaloso benefício dos privados e que defenda o interesse público, como é seu dever. Pela nossa parte, cá estaremos para denunciar este ruinoso caminho e para combater a destruição e o saque do Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção sobre assunto de interesse político relevante, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro.

A Sr.^a Ofélia Moleiro (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Venho do coração de Portugal, da serra de Sicó. Terra que parece um sonho da Natureza. Serra de pedra, que o homem cobriu de oliveiras. Socalcos férteis, bordeados de muros de pedra solta.

A serra de que vos falo é um prolongamento do maciço calcário estremenho, com grutas, lapas, algares, escarpas, que resultaram da infiltração das águas superficiais para as camadas mais profundas.

O clima suave, de transição entre as condições atlânticas e mediterrânicas, com chuvas regulares, permite no

sopé e nas encostas uma diversidade florística notável: campos cultivados de trigo, legumes e batata, entre pinhais e manchas de carvalhal.

Dos campos aos cumes, elevam-se aldeias de pedra, rodeadas de muros, pastos, urzes e plantas aromáticas que temperam o leite das cabras e das ovelhas, dando origem a um queijo único: o queijo do Rabaçal.

A urze, a giesta, o tojo, a carqueja e o castanheiro dão a cor e o sabor ao excelente alimento que é o mel.

Os solos de origem argilo-calcária, de diferentes *núances*, e os solos de origem mais ou menos xistosa acolhem vinhas que se expandem pelas suaves colinas.

Com a riqueza natural dos mostos, produzem-se os vinhos *Terras de Sicó*. Ainda recentemente, o vinho branco *Terras de Sicó*, de 2001, colheita seleccionada da Adega Cooperativa de Pombal, foi premiado com uma medalha de bronze no *VI Wine Masters Challenge 2003*. Este concurso de vinhos já foi consagrado como um dos melhores do mundo. O troféu foi obtido entre 6000 vinhos de 41 países diferentes e constitui para a região o reconhecimento internacional de um dos seus produtos.

A Sicó é a serra dos três verdes: verde forte das vinhas, verde negro dos pinhais e verde cinzento dos olivais.

Este santuário paisagístico e retábulo de produtos endógenos é partilhado por seis concelhos da região centro: três situados no distrito de Coimbra — Soure, Condeixa e Penela — e três situados no distrito de Leiria — Pombal, Alvaiázere e Ansião. Divididos por dois distritos, duas regiões de turismo, cinco gabinetes de apoio técnico e quatro centros de emprego, mas fortemente unidos pela consciência de pertença e usufruto de um património comum, criaram, há 15 anos, uma associação de municípios, a ADSICÓ.

Com a concretização de diversos projectos intermunicipais, a pouco e pouco, foi-se sedimentando uma identidade socioeconómica de raiz cultural, que todos apelidam de sub-região da serra de Sicó.

Remando contra a maré e as barreiras da divisão administrativa que inviabilizaram a atribuição de subvenções ou um programa operacional próprio, à excepção do LEADER e Centro Rural, ainda assim, os autarcas uniram esforços e executaram projectos comuns na área do abastecimento de água em alta, do saneamento, da recolha de lixo, da formação profissional e da reabilitação da rede viária.

Mas a acção mais preponderante desenvolve-se ao nível da defesa dos produtos endógenos e locais, como forma de valorizar e potenciar o desenvolvimento do mundo rural. Aqueles a que me referi, no início da intervenção, são apenas os exemplos mais carismáticos da região.

Muitas empresas se formaram a partir da ADSICÓ, congregando sinergias e estabelecendo parcerias com associações e privados: a Coprorabaçal para o queijo Rabaçal, para o cabrito e o borrego de Sicó; a Vinisicó para os vinhos *Terras de Sicó*; a Serramel e a Sicolmeia para o mel; a Olivisicó para o azeite; a Sicócarnes para os enchidos e fumados; a Sicófloral para as plantas e ervas aromáticas; a Sicódoces para doces e compotas; a Sicófrutos para os frutos secos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos dias 9 e 10 de Maio, realizou-se o II Congresso da ADSICÓ, sob o lema «Questionar o Território, Identificar o Caminho». Aprofundou-se

o papel da Terras de Sicó enquanto associação de desenvolvimento, no novo quadro de descentralização do País, e identificaram-se o caminho e a vontade de futuro.

Mas a sub-região de Sicó carece de uma atenção especial do Governo. É preciso estancar a sangria da desertificação que assola alguns destes concelhos e isso só é possível com um grande esforço concertado dos poderes locais e central para inverter a situação.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — A região necessita de acessibilidades, redes de comunicação de novas tecnologias, mais investimento em equipamentos. É preciso instalar pequenas e médias empresas (PME's), aproveitar as nossas potencialidades turísticas e promover o ecoturismo. É preciso que o Governo aplique aqui a discriminação positiva, através de uma diferenciação fiscal entre as zonas mais desenvolvidas e menos desenvolvidas.

Aguarda-se, com expectativa, o princípio democrático deste Governo: tratar diferente o que é diferente.

No rescaldo do II Congresso da ADSICÓ, subo a esta tribuna para juntar a minha voz a todas as vozes da região (autarcas, associações, empresas e cidadãos), que reclamam do Governo a inclusão no Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD).

Nesse âmbito, propomos: apoio urgente à criação de áreas de localização empresarial e de ninhos de empresas; medidas de apoio à diversificação do tecido empresarial, nomeadamente através do alargamento do URBCOM e no apoio ao comércio no meio rural; facilitação do acesso ao crédito bancário por parte das micro e PME; e promoção e captação de novos investimentos.

Isto para que, ultrapassando os entraves administrativos e reconhecendo a identidade desta região, possa ser implementado um plano de desenvolvimento integrado para a Sicó.

A bem da Sicó, a bem da região centro, para cumprimento do grande desígnio nacional da coesão do País, para que os cidadãos da Sicó sejam «portugueses de primeira».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Medeiros.

O Sr. José Miguel Medeiros (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro, naturalmente que, como Deputado oriundo de um concelho e de uma região onde se produz a maior parte (e com a maior qualidade) dos produtos originários da serra de Sicó, não posso deixar de me associar às suas palavras, de me congratular com a sua preocupação e de dizer (e a Sr.^a Deputada não o referiu naquela tribuna, certamente por modéstia) que, para além dos autarcas, dos cidadãos e dos dirigentes, também houve Deputados que se associaram ao Congresso da ADSICÓ e há Deputados que, há muitos anos, como V. Ex.^a e eu próprio, fazem parte daquela associação. Certamente não quis fazer elogio em causa própria, o que lhe fica bem, mas também é bom que se diga que, nesta Casa, todos nós temos feito alguma coisa por esta região.

E como o Sr. Presidente, ainda há breves dias, também nos deu a honra de inaugurar uma mostra que eu próprio tive oportunidade de promover sobre os produtos da Terras de Sicó, penso que, hoje, felizmente, devido a uma conjugação de esforços em boa hora desenvolvida, o País sabe e tem a noção de que existe uma sub-região na região centro, que tem características merecedoras da atenção de todos nós, que já os nossos antepassados reconheceram (e Eça de Queirós também o fez quando se referiu ao queijo Rabaçal), mas que também muitos outros, ao longo dos anos, têm vindo a reconhecer nas mais diversas áreas.

Está, de facto, criada uma dinâmica que urge ser acompanhada pelo Governo e espero que V. Ex.^a e todos nós sejamos bons fiscais, no bom sentido, da execução e da concretização das medidas que aqui propugnou e que subscrevo (e eu próprio também estarei atento à sua concretização).

Quero congratular-me com esta sua intervenção e com o espaço que o nosso território está a ter nesta Casa. Já o tinha, através de outras intervenções, noutros sectores, e está a tê-lo agora, nesta área em concreto, do desenvolvimento regional, da promoção dos produtos locais e da valorização daquilo que são as identidades culturais e daquilo que eu próprio, V. Ex.^a e outros Deputados, como os Srs. Deputados João Cravinho e Patinha Antão, e o ex-Deputado e ex-presidente da CCR, Prof. Manuel Porto, dissemos, no passado sábado, no Congresso ao referirmos que estamos numa época em que, se calhar, a preservação da identidade é um dos mais importantes factores de diferenciação positiva e de promoção do desenvolvimento regional.

Por isso, deixo aqui um apelo a que a discussão lançada sobre áreas metropolitanas, comunidades urbanas e outras entidades, e que está em cima da mesa, não venha a concluir-se fazendo desaparecer ou permitindo que desapareçam as identidades regionais, confundindo territórios urbanos com territórios com profunda ruralidade e com imagens de marca, que não têm vergonha alguma da sua ruralidade, mas antes a assumem como um factor positivo de diferenciação, de que gostam e querem ver valorizado e ao qual têm direito — aliás, a própria União Europeia cada vez mais...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

Sr.^a Deputada, concluo dizendo que apreciei muito a sua intervenção e espero que, em conjunto, possamos (e lanço-lhe este repto, que, julgo, aceitará) trabalhar em prol daquela região e daquele território para preservar a sua identidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro.

A Sr.^a Ofélia Moleiro (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Miguel Medeiros, o destino separou-nos em projectos políticos, em partidos políticos e em bancadas

parlamentares, mas uniu-nos nessa enorme coisa, que hoje quis aqui retratar e para a qual quis atrair os olhares dos nossos Colegas, que foi uma residência comum nas faldas da serra de Sicó, essa serra que nos afaga e que não conseguimos deixar — e é ver-nos, às sextas-feiras, a voltar para as nossas casas e a consumir esses produtos de que falámos os dois.

Foi lá que tivemos as nossas primeiras experiências políticas e partilhámos vivências; é lá que partilhámos amigos comuns e a educação comum dos nossos filhos, porque também os seus e as minhas foram educados naquela zona.

Portanto, é com muita alegria que o vejo ultrapassar aquilo que poderia ser uma tentação de um Deputado da oposição. É que, quando se está na oposição, podem fazer-se algumas *mises en scène* para, com isso, tirar alguns benefícios de carácter eleitoral. No entanto, é com muita alegria que o vejo abandonar esse estilo, que poderia ser uma tentação para si, e juntar-se a mim e ao Deputado José Manuel Alves, àqueles que partilhámos esta riqueza nacional que é a serra de Sicó.

Foi também com esse objectivo, o de não partidizar a serra de Sicó (porque entendo que se trata de uma riqueza nacional, não tem partidos), que, na minha intervenção, decidi não fazer comparações entre o que é hoje esta região e o que poderá vir a ser, com a atenção que agora o meu Governo lhe dará ou que o governo apoiado pelo Sr. Deputado na anterior legislatura não deu.

De facto, o meu objectivo foi o de trazer aqui a serra de Sicó em palavras e a partir daqui recolher a atenção nacional e do meu Governo para o muito que há a fazer na concretização do enorme projecto da ADSICÓ.

Por isso, em vez de criticar, exaltei as sinergias que se foram desenvolvendo e extrapolando a partir do movimento associativo existente naquela serra e que se foi sedimentando e cimentando.

É, pois, com muita alegria que o recebo de braços abertos nesta luta. E quando me põe a questão das áreas metropolitanas, sei qual é a sua posição, sei que acha ridículo...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o seu tempo esgotou-se.

A Oradora: — Sr. Presidente, é só mais um minuto e terminarei.

O Sr. Presidente: — Um minuto não pode ser!

A Oradora: — Sr. Deputado, quanto às áreas metropolitanas, tive ocasião de dizer no Congresso, e repito-o aqui, o seguinte: ainda que os concelhos que constituem a nossa serra de Sicó e a ADSICÓ se separem por duas áreas metropolitanas, o nosso Governo arranhou um ordenamento territorial e administrativo que permite que a nossa ADSICÓ se mantenha como uma associação intermunicipal de fins específicos, em que todos estes projectos conseguem ter o futuro que desejamos.

Agora, só posso dizer-lhe isto: recebo-o de braços abertos, seja bem-vindo para lutar com o meu Governo pela serra de Sicó.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — A tolerância por mim dada aos dois oradores é a minha homenagem ao projecto da serra de Sicó.

Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 16 horas e 15 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início à discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 60/IX — Autoriza o Governo a criar regras específicas sobre o acesso à profissão de motorista de táxi, através da concessão de uma autorização excepcional que vigorará por um período máximo de três anos.

Para apresentar a proposta de lei, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Jorge Costa): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A apresentação pelo Governo desta proposta de lei de autorização legislativa à Assembleia da República vem culminar um processo de revisão e reforma do enquadramento legal do sector dos transportes em táxi com vista a permitir aos profissionais do mesmo a adaptação progressiva e sustentada às novas exigências impostas pela publicação do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto (e respectiva portaria regulamentar), que regulam a actividade de transportes em táxi e ainda do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto, que estabelece as condições de acesso e exercício da profissão de motorista de táxi.

A primeira alteração legislativa operada pelo Governo prendeu-se com a Portaria n.º 277-A/99, de 19 de Dezembro, com a redacção que lhe foi introduzida pela Portaria n.º 1318/2001, de 29 de Novembro.

Esta Portaria veio regulamentar o Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, no que respeita a características e normas de identificação dos veículos a utilizar na actividade de transportes em táxi.

Acontece que apesar de a instalação dos equipamentos em causa (taxímetros, dispositivo luminoso e distintivo identificador da licença) ter sido prorrogado com a aprovação e publicação da Portaria n.º 1318/2001, de 29 de Novembro, a realidade do sector veio demonstrar que a oferta no mercado daqueles dispositivos tem sido exigua, razão pela qual o prazo em causa foi prorrogado até 31 de Dezembro de 2003, por via da Portaria n.º 1522/2002, de 19 de Dezembro.

A segunda alteração legislativa — esta de maior monta — levada a cabo pelo Governo concretizou-se com o Decreto-Lei n.º 41/2003, de 11 de Março, que alterou o Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto. Ora, com esta alteração o Governo veio resolver o problema delicado criado pela circunstância de a maior parte das câmaras municipais não terem cumprido as regras constantes do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, quer em matéria de publicação atempada de regulamentos quer em matéria de emissão atempada de novas licenças de táxi em substitui-

ção das antigas. O primeiro destes prazos expirou em 31 de Março de 2002 e o segundo em 31 de Dezembro de 2002.

É importante ter em conta que estas alterações foram aprovadas com o parecer favorável da Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL) e da Federação Portuguesa de Táxis (FPT); correspondendo, igualmente, a uma preocupação manifestada pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP).

A terceira alteração legislativa que o Governo pretende concretizar no sector dos transportes em táxi é o motivo que nos leva a apresentar a presente proposta de autorização legislativa.

De forma muito sintética, explicarei as razões que justificam as alterações que o Governo pretende introduzir no Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto, que estabelece as condições de acesso e exercício da profissão de motorista de táxi.

Com o presente diploma, pretende-se que o Governo seja autorizado a criar um regime transitório de acesso à profissão de motorista de táxi, através de uma autorização excepcional, a conceder sem necessidade de formação prévia, mediante o preenchimento de requisitos especiais, mas sem prejuízo da observância dos demais requisitos em vigor para o acesso ao certificado de aptidão profissional (CAP).

A criação desta nova via de acesso à profissão de motorista de táxi visa resolver o problema da quebra na oferta do serviço público de transporte de táxi, por falta de motoristas habilitados com o CAP — exigido pelo Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto, como já referi —, decorrendo tal falta da inexistência de uma oferta formativa destes profissionais em condições espaciais suficientes, insuficiência esta que ainda hoje se mantém.

Este regime vigorará pelo período máximo de três anos e fica sujeito a requisitos muito apertados para evitar a sua utilização fraudulenta, vejamos, a propósito, os artigos 16.º a 25.º, em especial os 18.º a 21.º, do anteprojecto de decreto-lei que está junto à proposta de autorização legislativa.

Contudo, para perceber as alterações que o Governo pretende introduzir é preciso ter noção clara do contexto e dos antecedentes em que esta iniciativa legislativa surge.

O Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto, depois complementado pela publicação da Portaria n.º 788/98, de 21 de Setembro, e Portaria n.º 1130-A/99, de 31 de Dezembro, vieram estabelecer as condições de acesso e de exercício da profissão de motorista de táxi, com um duplo objectivo: assegurar o desejável incremento da qualidade de serviço de transporte público de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, bem como da segurança da circulação destes veículos.

Assim, esta forma de assegurar a qualidade do serviço consegue-se através da introdução da exigência de qualificações adequadas, aferidas pelo certificado profissional para o exercício da profissão de motorista de táxi, e por via da enunciação dos deveres destes motoristas na óptica do utente.

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto, é obrigatória a posse de certificado de aptidão profissional para o exercício da profissão da motorista de táxi, sendo este o regime actualmente em vigor.

A introdução desta obrigatoriedade e de um regime extremamente exigente e «pesado», designadamente ao nível da formação profissional, num sector que não estava, nem foi preparado para esta exigência, veio colocar problemas sérios de adaptação dos profissionais do mesmo, pondo em causa a sua própria existência, razão pela qual quer a ANTRAL quer a FPT reivindicaram ao anterior governo uma alteração deste enquadramento legal.

Assim, tendo em vista resolver os bloqueios no acesso à profissão de motorista de táxi, e resultantes duma insuficiência da oferta formativa adequada e em condições de dispersão geográfica necessária, foram anteriormente publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, de 22 de Fevereiro de 2002, propostas de medidas legislativas.

Estas medidas já vinham ao encontro de algumas das preocupações das entidades representativas do sector, contudo defendia-se no sector que a autorização excepcional também deveria ser alargada às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, pois, aqui, também o problema da falta de oferta formativa se coloca com acuidade.

Ora, é neste contexto que o Governo submete à apreciação da Assembleia da República a presente proposta de lei de autorização legislativa, referindo que as alterações constantes do anteprojecto de decreto-lei, anexo, como já referi, à proposta de autorização legislativa, já mereceram o parecer favorável da ANTRAL e da Federação Portuguesa de Táxis, isto é, as soluções encontradas pelo Governo correspondem à convergência necessária com as associações representativas do sector.

Finalmente, e antes de terminar, não queria deixar de salientar que, para além da criação da autorização excepcional como forma de acesso (transitório) ao exercício da profissão de motorista de táxi, no anteprojecto de decreto-lei junto está também prevista a criação da autorização especial para que os táxis possam ser conduzidos por formandos (formação em contexto real de trabalho), sendo que na respectiva portaria regulamentar se prevê a redução da actual carga horária da formação inicial tipo I passe de 900 para 550 horas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência a Sr.ª Vice-Presidente Leonor Beleza.

A Sr.ª Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário de Estado, inscreveram-se os Srs. Deputados João Gago Horta, Luís Miranda, Bruno Dias, Luís Fazenda, Miguel Anacoreta Correia e Bessa Guerra.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Gago Horta.

O Sr. João Gago Horta (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados, congratulo-me por ver que tem sido tónica do nosso Governo defender uma profissão muitas vezes incompreendida que é a de taxista.

Esquece-se muitas vezes que os taxistas são profissionais que transmitem a cultura do povo português aos estrangeiros, que nos transportam em segurança e que têm sido incompreendidos.

Uma vez que sou defensor desta classe, porque há muitos anos que privo com eles, fico muito satisfeito em ver mais uma medida legislativa que virá facilitar o ingresso na profissão de taxista.

Sr. Secretário de Estado, a pergunta que gostava de colocar-lhe é se na opinião de V. Ex.^a esta medida vai permitir ou não eliminar parte dos clandestinos que tantas vezes existem nesta actividade e que são fomentadores do próprio mau nome que os profissionais de táxi têm.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Uma vez que o Sr. Secretário de Estado responderá a cada conjunto de duas perguntas, tem, desde já, e para formular um pedido de esclarecimento o Sr. Deputado Luís Miranda.

O Sr. Luís Miranda (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{es} e Srs. Deputados, vemos com alguma apreensão a urgência com que esta proposta de autorização legislativa deu entrada na Assembleia tendo em conta que se pede um ano para apresentar as alterações ao decreto-lei quando este já acompanha o pedido de autorização legislativa.

Se o decreto-lei está preparado, se as alterações estão preparadas, e dada a urgência com que o Sr. Secretário de Estado se referiu à matéria, pensamos que este período poderia ser mais curto. No entanto, é o sistema de certificação profissional que defende as profissões e não o acesso indiscriminado.

Ora, com estas alterações pretende-se, segundo o Sr. Secretário de Estado, suprir a falta de motoristas habilitados que hoje se verifica e se mantém como é dito no preâmbulo. Porém, uma coisa é certa: o Governo está em funções há um ano e se se quer resolver o problema isso passa por um reforço da oferta formativa e não por permitir que pessoas sem formação tenham acesso à profissão.

É evidente que esta medida é transitória, como já foi dito, mas o que nós gostávamos de saber é o que é que o Governo vai, efectivamente, fazer para reforçar a oferta formativa e, tendo em conta que as razões espaciais também dificultam essa oferta formativa, por que não recorrer ao ensino à distância e fazer a preparação desse ensino para candidatos da zona do interior do País?

É também uma sugestão que aqui deixamos ao Governo.

Ora, eliminar os clandestinos não se faz legalizando-os. O nosso país tem tudo a ganhar com a qualificação dos seus profissionais e não com o facilitismo.

Por isso, estranhamos que o Sr. Secretário de Estado do Trabalho não esteja presente uma vez que seria fundamental estar, dado que o que aqui está em discussão é a formação e não propriamente a questão da falta de taxistas.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, peço desculpa, mas há pouco dei uma informação errada, o Sr. Secretário de Estado responderá a grupos de três pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, neste momento não vou

falar da substância da proposta, vou deixar isso para a fase posterior do debate, mas para já há duas questões, quanto à forma e ao processo, que eu gostaria de colocar-lhe.

Em primeiro lugar, é este método a que este Governo já nos tem vindo a habituar em matéria de transportes, nomeadamente desta preferência clara para a opção da autorização legislativa que permitirá eventualmente menos do que permitiria uma proposta de lei material relativamente ao rigor, à clareza, à transparência daquilo que fica aprovado, daquilo que fica como resultado final — até, quanto mais não seja, no que respeita à rapidez do processo, à aprovação e à entrada em vigor daquilo que se pretende aprovar.

Sr. Secretário de Estado, dou-lhe o seguinte exemplo: no dia 18 de Setembro do ano passado, debatemos uma proposta de autorização legislativa para as autoridades metropolitanas de transportes, a lei foi publicada em 2 de Novembro, tem um prazo de um ano e o Governo ainda nada fez sobre as autoridades metropolitanas de transportes — em termos de publicação, continuamos à espera.

Ora, talvez tivesse sido mais eficaz, e mais rápido, ter uma proposta de lei material, até, porque, por outro lado, ela permitiria que nós evitássemos algumas matérias menos claras que surgem neste diploma, nomeadamente quanto à extensão da autorização legislativa que o Governo nos propõe e a extensão é específica e exclusivamente dirigida à criação da tal autorização excepcional.

Porém, se consultarmos o documento anexo a esta proposta de autorização legislativa, que é o anteprojecto de decreto-lei, vemos que há aqui uma figura nova que é a da autorização especial que vem logo nos primeiros artigos do diploma. E essa autorização especial nenhuma referência merece, nada é explicitado sobre ela e é preciso sabermos do que se trata. Eu arriscar-me-ia a dizer, especulando, que se trata de uma matéria relacionada com aquela licença que permitirá que o formando continue o seu processo de formação em contexto real de trabalho, mas nada é dito, nada é avançado e a extensão da autorização legislativa não permite essa inovação, permite autorização excepcional, não permite autorização especial.

Ora, essa tem de ser expressa, porque não estamos a falar da conversão de escudos para euros, nem para autorizações sistemáticas introduzindo capítulos!... Trata-se de uma questão de fundo substancial que merece uma explicação para sabermos o que é que estamos a discutir e vamos aqui votar.

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, o PSD cedeu dois minutos ao Governo e o CDS-PP cedeu um minuto.

Para responder a estes três primeiros pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Gago Horta, começo por agradecer-lhe as palavras que dirigiu ao Governo relativamente a esta proposta de autorização legislativa e queria dizer-lhe que a questão dos clandestinos é uma preocupa-

ção que temos, daí que se pretenda que seja autorizada a criação da autorização excepcional. Estamos convencidos de que com esta figura podemos também de alguma forma ir de encontro ao combate contra os clandestinos.

Isto porque vai ser possível perceber onde é que estão as solicitações para o exercício da profissão de taxista: vai ser possível perceber a sua localização, quantos são os interessados; vai ser possível ter o registo, através desta autorização, deste conjunto de interessados e, portanto, também permiti-lo às entidades formadoras.

Respondendo agora ao Sr. Deputado Luís Miranda, com esta relação de interessados e de detentores de autorização excepcional, vai ser possível às entidades formadoras também mais facilmente avaliarem onde é que estão os interessados, em que zonas do país estão e quantos são por forma a que mais fácil e adequadamente se conseguirem programar as acções formadoras necessárias, em número suficiente para permitir a formação dos motoristas e a consequente obtenção do certificado de aptidão profissional.

Não estamos, de forma nenhuma — bem pelo contrário —, a desvalorizar o certificado de aptidão profissional, porque esse certificado continua a ser exigível. O que se pretende com esta proposta é uma autorização excepcional para que seja possível a emissão desse certificado sem a fase de formação, mas durante um período transitório, enquanto essa formação não se vier a realizar e nas condições muito restritas que estão previstas, quer quanto à distância relativamente aos centros de formação existentes quer quanto ao número de formandos ou de alunos para os cursos em que as pessoas se inscrevam.

Este regime é limitado no tempo (tem a duração de três anos) e, por outro lado, também é limitada a concessão de autorização excepcional, uma vez que ela é válida pelo período de um ano, renovável até ao máximo de três anos, estando igualmente bem tipificadas no anteprojecto de decreto-lei que é junto ao pedido de autorização legislativa as condições em que ela pode ser deferida. Ou seja, vai continuar a ser necessária a verificação e a confirmação de todos os requisitos que eram exigidos para a obtenção do certificado de aptidão profissional.

Naturalmente, o ensino à distância e outros meios de deslocar formadores dos locais em que se encontram para os aproximar dos formandos constituem formas a que o Governo lançará mão no sentido de criar esta oferta formativa que se pretende para que, de facto, a formação seja uma realidade e a emissão dos certificados de aptidão profissional seja atingida.

O Sr. Secretário de Estado do Trabalho não se encontra presente, mas, naturalmente, todas as questões aqui apresentadas foram tratadas com as demais áreas do Governo que têm interferência nelas.

Como referi, não estamos a alterar nada do que diga respeito à formação profissional propriamente dita. O Sistema Nacional de Certificação Profissional mantém-se, os perfis profissionais que estão definidos e publicados mantêm-se, nada modificámos, nada! Está apenas em causa a possibilidade de emissão desta autorização excepcional.

Sr. Deputado Bruno Dias, de facto, recorremos a uma autorização legislativa, mas fizemo-lo remetendo junto o anteprojecto de decreto-lei que merecerá seguimento depois de obtida a respectiva autorização.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Como sempre se fez nesta Casa!

O Orador: — O Governo não tem interesse algum em atrasar seja o que for e, além do mais, tal como referi na minha intervenção inicial, toda esta matéria está acordada com as associações profissionais do sector, quer com a ANTRAL quer com Federação Portuguesa de Táxis. Portanto, embora o prazo pedido seja de um ano, faremos a publicação do decreto-lei o mais brevemente possível, logo que o processo esteja concluído.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas não basta publicar o decreto-lei, também é necessária uma portaria regulamentar e o Governo pretende que estes diplomas entrem em vigor no mais curto prazo possível.

Relativamente à questão da autorização excepcional, devo dizer que apresentámos o pedido de autorização legislativa porque nos parece que esta é a única matéria que cabe nas competências da Assembleia da República. Já a figura da autorização especial não necessita da autorização desta Assembleia — aliás, o anterior Governo tinha tratado esta questão não numa proposta de autorização legislativa mas numa proposta de portaria (nem sequer o fez sob a forma de decreto-lei), que foi publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego* de Fevereiro de 2002, como referi há pouco.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, todos estaremos de acordo que a formação é essencial para o desempenho desta profissão (como de muitas outras); que a formação nesta área é exigente e qualificante da prestação de um serviço público e de conhecimento transversal. A formação é, pois, um ponto básico.

A autorização excepcional pode dever-se a dificuldades que limitam uma prestação de serviço ao público e, tentando acudir a uma dificuldade momentânea na prestação deste serviço, pretender adiar requisitos de formação de forma a corresponder à procura que se exige. Mas creio que a questão não será tanto essa, por isso pergunto se não se estará a optar por uma certa desqualificação e por um retardamento da formação.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Diz-nos o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, e o mesmo pode ler-se no n.º 1 do artigo 19.º do anteprojecto de decreto-lei — nem sequer é o decreto autorizado, como referiu há pouco o Sr. Deputado Bruno Dias —, que a autorização excepcional de acesso é válida pelo período de um ano, renovável até duas vezes, num máximo de três anos. No entanto, logo a seguir, no n.º 2 do artigo 19.º do mesmo texto, estabelece-se que a validade da autorização excepcional pode ser prolongada

«até à conclusão do processo de avaliação». Ora, dada a eventual insuficiência de módulos de formação, essa avaliação pode prolongar-se para além dos três anos! É a leitura que faço do anteprojecto de decreto-lei que aqui temos.

Pergunto, então, se não nos estaremos a aproximar da concepção defendida pelos empresários da ANTRAL, que entendem que esta autorização excepcional deveria ser *sine die*, sem termo, devendo prolongar-se todo o tempo necessário até que a situação deixasse de o justificar. Se assim for, realmente estaremos próximos de uma opção desqualificante e de um retrocesso na formação desta categoria profissional.

Gostaria de ouvir uma resposta clara sobre esta matéria, Sr. Secretário de Estado.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, registo com muito agrado a exposição de motivos que V. Ex.^a fez sobre esta proposta de lei e reservarei para uma intervenção posterior, a proferir dentro de alguns minutos, a posição da bancada do CDS-PP sobre esta matéria, posição que é, naturalmente, de apoio.

Em todo o caso, dentro do quadro das medidas que o Governo já encetou na defesa e no prestígio do exercício da profissão de taxista, gostaria de questioná-lo, se me permite, sobre algo que está um pouco fora do âmbito da questão de hoje, isto é, sobre a Portaria n.º 1522, de 19 de Dezembro. A pergunta que formulo é esta: neste momento, os dados existentes no Ministério permitem-nos antever que, em 31 de Dezembro de 2003, todo o problema da sinalética e dos sinais luminosos dos táxis estará resolvido, conforme previsto?

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder aos dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, de facto estamos de acordo: a formação é o conceito básico que queremos confirmar e, também, o requisito fundamental para a aptidão profissional do taxista, tal como nas outras profissões. Foi por essa razão que não introduzimos modificação alguma nem nos perfis necessários à qualificação profissional nem quanto à forma de obtenção do certificado de aptidão profissional. O que aqui vimos solicitar é a autorização da Assembleia da República para criar a figura da autorização excepcional, que, tal como termo indica, se destina a vigorar em condições excepcionais, dado que se verifica a ausência de taxistas suficientes para prestar o tal serviço público que queremos que não tenha quebras. Foi a falta de motoristas habilitados com CAP e a inexistência

de oferta formativa que levou a uma diminuição da prestação deste serviço público.

Insistimos, por isso, nesta ideia de autorização excepcional pelo período limitado de um ano.

Relativamente à questão que colocou sobre a avaliação, diria que a avaliação só existe se houver formação; se não houver formação não há avaliação e, portanto, a disposição que referiu não é aplicável! É o que decorre do texto.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — A questão é que não é isso que está escrito!

O Orador: — Essa «alínea b) do n.º 2 do artigo anterior» só é aplicável na situação em que há formação, e não de outro modo!

O n.º 2 do artigo 19.º refere-se à autorização excepcional emitida nos casos previstos na alínea b) do n.º 2 do artigo anterior. Ou seja, a pessoa tem de estar em fase de formação para poder haver conclusão do processo de avaliação, caso contrário esta disposição não é aplicável! E, não sendo aplicável, a autorização excepcional vigora pelo período de um ano, renovável por duas vezes, até ao máximo de 3 anos — e termina aqui. É este o conceito que decorre do texto.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Mas não está escrito!

O Orador: — Relativamente à questão da sinalética, Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia — e aproveito para agradecer as palavras que referiu a propósito desta iniciativa —, queria dizer-lhe que a informação que temos da Direcção-Geral de Transportes Terrestres é a de que, até 31 de Dezembro de 2003, este processo será concluído, com a dotação de lanternas e taxímetros nos táxis.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Carloto.

A Sr.^a Paula Carloto (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proposta de lei que hoje apreciamos visa alterar o Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto, permitindo que a profissão de motorista de táxi possa também ser exercida através da titularidade de uma autorização especial.

Pretende-se, assim, definir um regime transitório, a vigorar com regras especiais de acesso à profissão de motorista, por um período máximo de três anos, mediante a posse de uma autorização excepcional a ser concedida sem necessidade de formação prévia. E, de facto, o que aqui hoje se discute faz todo o sentido.

A evolução social determina, cada vez mais, rigorosos padrões de exigência quanto às aptidões dos profissionais, de forma acrescida no caso dos profissionais do serviço público, salvaguardando, inclusive, o acompanhamento dos padrões europeus estabelecidos pelo Direito Comunitário, a que Portugal se encontra e quer estar igualmente vinculado, a que acresce a importância da livre circulação de trabalhadores e suas aptidões no espaço cada vez mais alargado da União Europeia — e nada temos a opor a esses padrões de rigor e avaliação de competências.

Nada temos a opor a todas as medidas que, activa e positivamente, respeitem os direitos dos profissionais que

o exercem, implementem os seus deveres e beneficiem, em concreto, os utentes deste serviço público. Mas também consideramos que ao legislador é devido definir tendo em conta a vida real e as condições efectivas em que, por diversas condicionantes, certas profissões se desenvolvem e a forma como actualmente se exercem.

De facto, o Decreto-Lei n.º 263/98 não teve em conta as condições reais do exercício da profissão, as suas origens e a sua actualidade, nomeadamente não considerou, com rigor e objectividade, que há taxistas em todo o País mas a oferta formativa é limitada pouco mais do que às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e nem sempre em quantidade suficiente, incapaz, portanto, de responder à procura de todos os que pretendem exercer tal profissão.

Como seria de esperar, tal falta de ponderação provocou uma quebra na oferta de serviço público de transporte de táxi, por falta de motoristas habilitados com o certificado de aptidão profissional, bem como criou dificuldades inúmeras na disponibilidade dos profissionais em frequentar, em tempo útil, as acções de formação homologadas e disponíveis.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não há dúvida de que cada vez é mais difícil a actividade de motorista de táxi. Para o aumento destas dificuldades concorrem razões de natureza económica, mas também razões que se relacionam com a ausência de uma fiscalização eficaz, bem como com questões relacionadas com a falta de segurança no exercício da profissão.

Ninguém contesta o papel essencial, no universo dos transportes públicos, do motorista de táxi. E, se assim é, cumprê-nos ajudar a solucionar e não implementar medidas que, por inexequíveis, complicam a vida de quem apenas quer trabalhar e sustentar os respectivos agregados familiares.

Por todas estas razões, as entidades representativas do sector, a ANTRAL e a Federação Portuguesa de Táxis — que desde já cumprimento —, há muito que reivindicam, e bem, algumas alterações legais que visam as legítimas pretensões destes profissionais, basicamente exigindo melhores e mais justas condições de trabalho.

Nestas legítimas pretensões há muito que se insere o pedido de suspensão da legislação actualmente existente que estabelece a obrigatoriedade do certificado de aptidão profissional em termos não compatíveis com a realidade do sector.

Esta proposta do Governo responde a essa legítima vontade ao definir um regime transitório, que vigora pelo período de três anos e que, mantendo a obrigatoriedade da posse do certificado de aptidão profissional para o exercício da profissão, cria uma autorização excepcional que também permite o exercício da profissão aos interessados que reúnam os requisitos básicos de acesso ao mesmo certificado.

Mas esta concessão de autorização excepcional não carece de formação prévia, aliás bastante densa, já que chega a atingir 900 horas de formação «tipo I».

Pela proposta de lei hoje em apreciação, a atribuição do certificado de aptidão profissional passa a depender da prova de inscrição na segurança social como motorista de táxi e ainda dos seguintes requisitos, claramente definidos: idoneidade, idade entre os 18 e os 65 anos, escolaridade

obrigatória, domínio da língua portuguesa e carta de condução.

Por outro lado, para a emissão da autorização excepcional é necessária, para além da prova de inscrição como motorista de táxi na segurança social, alternativamente, a verificação dos seguintes requisitos: que o domicílio fiscal se encontre localizado a distância superior a 100 km do local onde se encontra disponível a oferta formativa ou o candidato esteja inscrito em curso de formação programado.

Refira-se ainda que todo o processo é agilizado, sendo que a atribuição e a cassação da autorização excepcional são da competência da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, e sendo, por outro lado, a fiscalização exercida pelas autoridades competentes e, também agora, pela Inspeção-Geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Por último, saliente-se a possibilidade de a experiência profissional poder ser complementada por curso de formação profissional contínua e a possibilidade de a comprovação da experiência profissional de dois anos poder ser realizada por declaração do respectivo empregador.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proposta de lei n.º 60/IX, hoje apresentada, vem resolver uma questão de natureza prática e real. Só legislar por legislar, sem ter em conta a realidade, não é suficiente. Tem de se ter em conta a vida das pessoas, as suas necessidades, as suas dificuldades e, enfim, o cenário real, e não virtual, do exercício de uma profissão.

Não é justificável que se aumentem as dificuldades e se agravem as exigências a este sector quando daí não advêm, sequer, imediatas e reais vantagens para os utentes.

É claro que muito mais há a fazer e claramente vamos fazer.

Permitam-me que termine qualificando esta proposta de lei como o primeiro de alguns actos de justiça que os motoristas de táxi merecem, a que o Grupo Parlamentar do PSD já na anterior legislatura deu relevância, e que mais soluções, por certo, vão criar-se e aprovar-se.

Pelo que deixei expresso, o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata vai votar favoravelmente a proposta de lei n.º 60/IX, apresentada pelo Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Baltazar.

O Sr. Nelson Baltazar (PS): — Sr.^a Presidente, gostaria de começar a minha intervenção formulando uma pergunta para o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas responder em momento oportuno: por que razão, no momento em que apresentou a proposta de lei n.º 60/IX, não informou esta Câmara de que existem actualmente 47 acções de formação profissional previstas para 2003, abrangendo 700 candidatos, que estão suspensas por falta de definição das entidades da tutela?

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A certificação e a aptidão profissional devem ser uma preocupação continuada deste ou de qualquer outro Governo, procurando a todo o momento estabelecer normas destinadas a compro-

var competências do indivíduo adequadas ao exercício da profissão, em especial para as profissões regulamentadas.

Estamos numa sociedade que, cada vez mais, exige qualificação. Hoje, no início desta sessão plenária, já aqui se falou de qualificação das pessoas, e nós continuamos a fazê-lo.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — A certificação profissional do motorista de táxi visa assegurar o tão necessário incremento da qualidade na prestação do serviço de transporte de passageiros, quer na relação interpessoal motorista/passageiro, influenciando o bem-estar dos intervenientes, quer ainda numa perspectiva inalienável que é a segurança na circulação rodoviária dos táxis.

Não resisto a citar a seguinte frase, aqui proferida pelo Sr. Deputado João Gago Horta: «O motorista de táxi transmite a cultura do povo português», explica os aspectos sociais e mostra a afabilidade do povo português aos estrangeiros.

O processo de que estamos a falar, o processo de certificação, introduz maior transparência no mercado do emprego, permitindo às entidades empregadoras aumentar a confiança na contratação dos motoristas de táxi e consequente rentabilização na utilização de viaturas.

A qualificação profissional dos cidadãos é a única aposta correcta para o desenvolvimento integrado do País. É neste sentido que se tem caminhado desde 1991, com a criação de organismos de formação profissional, com o regime jurídico para a certificação profissional e com as condições gerais da emissão de certificados de função e de aptidão profissional. No que diz respeito aos motoristas de táxi, estabeleceram-se em 1998, pela primeira vez, as condições de acesso à profissão de motorista de táxi, determinando a idoneidade para o exercício da profissão e os respectivos deveres.

O Governo de então, consciente da importância de actuar na formação adequada para os candidatos, olhou para os profissionais existentes e graduou a exigência, tendo em conta a sua experiência, qualificando estes profissionais ao longo do tempo. Assim, em 1998 e 1999, introduziu as normas para o acesso ao certificado de aptidão profissional (CAP), legislando sobre os requisitos gerais de acesso à certificação, as regras de comprovação da experiência profissional, bem como a forma e os respectivos conteúdos para a formação profissional.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo entendeu submeter à Assembleia da República a autorização legislativa que estamos a apreciar. O Sr. Secretário de Estado já nos explicou as razões dessa submissão. Sinceramente, Sr. Secretário de Estado, parece-me haver um retrocesso neste processo de certificação de aptidão profissional; mais: parece-me haver uma facilitação, parece-me haver uma desistência atendendo a alguns aspectos que não podemos deixar de referir, enquanto questões que consideramos pertinentes.

Estão já envolvidas neste formação acreditada, para além do Instituto de Emprego e Formação Profissional, entidades como a Fernave, a ANTRAM e a Carristur, como exemplos. Se é possível prever a falta de disponibilidade forma-

tiva para os pedidos em curso, por que é que não se assume a necessidade emergente de aumentar a oferta, em vez de dilatar, em vez de adiar este problema? Este Governo não será capaz de formar, nos próximos três anos, os profissionais necessários? Fica a pergunta.

Faz sentido criar três níveis de profissionais em exercício: os que já possuem o CAP e que actuam com todos os requisitos profissionais; os que se encontram em fase de aquisição do CAP, fazendo um esforço a todos os títulos louvável, para se integrarem profissionalmente; e ainda os que os que, com a proposta de lei que nos é apresentada, passam e funcionar como «aprendizes» de motorista de táxi, sem formação prévia adquirida, detentores de uma autorização excepcional que lhes confere o direito de serem profissionais a prazo?

A actual proposta de lei, omitindo a existência de portarias regulamentares para o exercício da profissão, inclui algumas das condições nelas referidas e exclui as que definem de forma clara o tipo, os requisitos e os conteúdos necessários para cada um dos níveis profissionais em causa, que já estavam criados, que estavam definidos e que, no diploma que o Governo nos apresenta, foram retirados, remetendo novamente para outras portarias a publicar no futuro. Cria-se mais um factor de confusão para as entidades formadoras e para os profissionais que estão no terreno. Não seria mais lógico aproveitar todo o trabalho já desenvolvido e, em vez de o deitar fora para tentar recomençar, melhorar as condições de formação profissional à distância, como aqui já foi dito, reequacionar o âmbito da formação e a respectiva validação, nomeadamente na melhoria das competências da higiene do trabalho, das relações interpessoais e da segurança rodoviária? Pergunta-se claramente: vamos adiar para quê?

A actual proposta de lei acrescenta três anos de transição, o que mais não é do que voltar a desregulamentar o sector, revertendo, ainda que temporariamente, todo o modelo destinado a incrementar e a qualificar a profissão de motorista de táxi.

O Partido Socialista foi muitas vezes acusado de não decidir. Neste caso particular, em que a certificação profissional está decidida, está em marcha e com o apoio das entidades do sector, assistimos a uma proposta que nega e adia sem data uma necessidade básica de qualquer sector profissional, que confere qualificação e segurança aos prestadores e aos utilizadores do serviço. A quem serve este adiamento: aos profissionais, aos empregadores, aos cidadãos? A resposta só pode ser: não serve a ninguém.

Mais uma vez, assistimos à incapacidade deste Governo para lidar com as coisas boas que foram pensadas nos últimos anos para as pessoas, enquanto cidadãos que se querem acreditados e qualificados profissionalmente, promovendo uma sociedade que se quer mais justa, mais moderna e mais desenvolvida. Temos de ter uma postura de exigência, Sr. Secretário de Estado, da qualidade do serviço e, em particular, da qualificação das pessoas e dos serviços que elas prestam — se queremos integrar-nos sem anseios, se queremos integrar-nos totalmente, de alma e coração, neste novo espaço europeu que queremos e estamos a criar.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Belez): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O CDS-PP aprecia favoravelmente a proposta de lei n.º 60/IX, que pretende regulamentar o acesso ao certificado de aptidão profissional para os motoristas de táxi, pelas razões que passo a expor.

O certificado de aptidão profissional dos motoristas de táxi insere-se no Sistema Nacional de Certificação Profissional, criado em 1992.

Recordemos que este sistema tem como objectivo certificar os profissionais considerados competentes no exercício de uma actividade profissional. E, no caso dos motoristas de táxi, independentemente da forma como adquiriram essas competências, ou seja, quer tenham adquirido a qualificação através de formação profissional em Portugal ou no estrangeiro ou através da experiência em trabalho.

A certificação profissional, que viu aumentar a sua importância com a abertura das fronteiras e com a livre circulação de trabalhadores no espaço europeu, é um documento indispensável no mercado de trabalho dos nossos dias.

Com a assinatura, em Fevereiro de 2001, do acordo sobre política de emprego, mercado de trabalho, educação e formação, por todos os parceiros sociais, foi reforçada a necessidade de se proceder ao reconhecimento e certificação de competências adquiridas fora do sistema formal de ensino e formação profissional, contribuindo assim para o aumento dos níveis de qualificação da população activa, nomeadamente daquela que precocemente saiu destes sistemas formais de educação e qualificação. E nós sabemos bem como esta realidade do abandono destes sistemas pesa no nosso mercado de trabalho.

O Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto, complementado pela Portaria n.º 788/98, de 21 de Setembro, e pela Portaria n.º 1130-A/99, de 31 de Dezembro, estabeleceu as condições de acesso e de exercício da profissão de motorista de táxi e pelo mesmo Decreto-Lei é exigida a obrigatoriedade da posse de certificado de aptidão profissional para o exercício da profissão de motorista de táxi.

Este é o regime que actualmente está em vigor.

A obrigatoriedade de posse do certificado de aptidão profissional e o regime extremamente exigente e pesado, designadamente ao nível da formação profissional, num sector pouco preparado para responder convenientemente a estas normas e onde ainda reina o amadorismo e outras formas pouco ortodoxas de exercício da actividade, vieram colocar problemas sérios de adaptação dos profissionais deste sector ao mesmo.

Por tal facto, quer a Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL) quer a Federação Portuguesa de Táxis (FPT) reivindicaram já ao anterior governo uma alteração do actual enquadramento legal.

Assim, e para resolver os bloqueios no acesso à profissão de motorista de táxi, resultantes quer da adaptação às novas normas quer a uma insuficiente oferta formativa em

condições de dispersão geográfica adequada, já o anterior governo tinha iniciado a preparação de um projecto de decreto-lei que reduzia a carga horária da formação e estabelecia os critérios de atribuição da autorização excepcional a residentes fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Estas medidas viriam, pois, ao encontro de algumas das justas preocupações das entidades representativas do sector, sendo que a proposta de lei agora em apreciação visa responder a esses problemas de adaptação: regula as figuras da autorização especial e da autorização excepcional alargando-a também às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, durante um período de três anos, tempo mais do que suficiente para que o sistema seja adaptado às novas regras de acesso à profissão de motorista de táxi.

É importante que se continue a defender a necessidade da certificação profissional. E tem de ser exigente.

Esta certificação é vantajosa quer para os trabalhadores, quer para os empregadores, que vêem o recrutamento facilitado, quer para o público consumidor, que deseja ser servido por profissionais de maior qualidade do que o é actualmente.

A proposta de lei, que vem a esta Câmara acompanhada do respectivo anteprojecto de decreto-lei, procura garantir a adaptação e o funcionamento do sistema. É pragmática.

Os meus votos vão no sentido de que, daqui a três anos, esta situação esteja completamente normalizada, que esteja totalmente ultrapassada e que esta Câmara não volte a ser chamada a pronunciar-se nestes termos sobre esta matéria.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Belez): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: A actual situação do serviço público de transporte de táxi vem dar razão crescente aos alertas, que o PCP vem há anos sublinhando, da urgente necessidade de uma política diferente que avance na dignificação e no desenvolvimento sustentado do sector. Uma política que tem de estar fundada na ideia de que o transporte colectivo, todo ele, é determinante para o desenvolvimento económico e social e a qualidade de vida das populações, pelo que é indispensável que se garanta uma oferta abrangente, a preços justos e acessíveis, com qualidade e segurança.

Neste plano, é inegável a importância que assume a questão da certificação profissional e do quadro legal que veio regulá-la. É nesse âmbito que surge a proposta de lei do Governo que está agora em discussão.

O ponto de partida para essa discussão é colocado, desde logo, pelo preâmbulo da proposta de lei, quando este identifica, e passamos a citar, «uma quebra na oferta do serviço público de transporte de táxi, por falta de existência de uma oferta formativa destes profissionais em condições suficientes, insuficiência esta que ainda se mantém».

De facto, a oferta formativa é claramente insuficiente para as necessidades do País a este nível. Faltam vagas, falta descentralização, falta formação à distância. No essencial, a formação, como já foi dito, é ministrada por entidades como a ANTRON, a Carristur e a Fernave, e pouco ou nada mais. Aliás, neste último caso, o da Fernave, temos conhecimento de que o programa de formação para este ano está simplesmente suspenso, por falta de despacho governamental (o mesmo é dizer, por falta de financiamento).

O problema aqui é a filosofia de base do sistema, que está completamente errada. Por um lado, nesta como noutras matérias, a formação profissional está dependente dos fundos comunitários, ou seja, menos verbas do Quadro Comunitário de Apoio significam menos oferta formativa — aliás, é o que se está a ver. Por outro lado, a formação profissional é considerada cada vez mais como um negócio e cada vez menos como um factor estratégico de desenvolvimento e um direito dos trabalhadores. E é precisamente contra esta opção que se situa o posicionamento do PCP. Mais ainda quando essa formação é determinante para a certificação e o exercício da actividade profissional, como é o caso do sector do táxi.

A questão para nós é muito clara: não é possível haver um serviço público de transporte de táxi sem que haja um serviço público de formação profissional para o sector. Caso contrário, chegamos à conclusão — o próprio Governo chega à conclusão — de que, com o dispositivo existente para a formação neste sector, é simplesmente impossível cumprir a lei.

Perante isso, o Governo opta por alterar a lei. É isso e apenas isso que o Sr. Secretário de Estado aqui nos vem propor. Nem uma palavra se diz quanto à necessidade evidente de mecanismos eficazes para a tal formação profissional que a própria lei prevê.

Aquilo que o Governo propõe é a consagração de um regime supostamente transitório (e sublinho «supostamente», pelas razões que já vou adiantar) que assenta na emissão de autorizações, designadas por «excepcionais», para o exercício desta profissão. Essa autorização excepcional será dada em dois tipos de situações: ou quando não há oferta formativa próxima do trabalhador (e aqui, «próximo» é a mais de 100 km) ou quando essa oferta, mesmo estando próxima, não dá resposta às necessidades e à procura de candidatos.

Ora, no primeiro caso, o Governo propõe um regime que poderá estar em vigor até um máximo de três anos. Durante esses três anos, o motorista de táxi que trabalhe a mais de 100 km do centro de formação mais próximo poderá continuar a trabalhar.

Mas o que isto significa é que, com esta formulação, o Governo assume um compromisso muito sério: no prazo de três anos, nenhum motorista de táxi deste país terá um centro de formação e certificação profissional a mais de 100 km de distância. Como nada se diz sobre o «dia seguinte» à passagem desses três anos, nem é possível admitir outro cenário!

Cá estaremos para acompanhar o processo e as medidas que forem tomadas nesse sentido. Entretanto, subsistem as interrogações sobre um objectivo tão ambicioso, quando nada se avança quanto à sua concretização e até

o próprio prazo de três anos em questão termina quando este Governo já não estiver em exercício de funções!

O Sr. Nelson Baltazar (PS): — Exactamente!

O Orador: — Por outro lado, as situações de oferta formativa próxima, mas insuficiente, apontam, na proposta do Governo, para um regime de autorização extraordinária sem limite de prazo definido, que fica à depender apenas (o que não é pouco) da criação da capacidade de resposta ao nível da formação.

Quer isto dizer que, a partir do momento em que o motorista de táxi se candidatar a um curso (e fique em lista de espera), a autorização extraordinária, sendo supostamente provisória, durará todo o tempo que durar a insuficiência de cursos disponíveis. É esta a questão.

É evidente que não é justo nem se admite penalizar os trabalhadores deste sector por uma insuficiência estrutural na área da formação, que não é da sua responsabilidade. Mas também é inadmissível condenar esses mesmos trabalhadores (e os próprios utentes) a uma situação precária e a prazo, provocada pela ausência de soluções em matéria de oferta formativa.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O que significa que o Estado tem que assumir a responsabilidade de disponibilizar rapidamente uma rede de formação que resolva em definitivo estas insuficiências.

E esta é a questão de fundo: a necessidade de criar um regime transitório, que permita viabilizar a adaptação do sector do táxi à exigência da formação e certificação, é por princípio consensual. Mas o que é indispensável é resolver a raiz do problema. É nesse ponto que reside a diferença essencial entre um diploma que pode ser positivo e importante (se for devidamente acompanhado pelas medidas estruturais) e uma medida avulsa, isolada, que venha a adiar soluções e se torne perversa, por consagrar a precariedade.

Cabe agora ao Governo criar as condições para que esta proposta que nos apresentou não seja de facto uma medida avulsa e isolada. E isso passa, designadamente, por alterações profundas nas políticas que tem vindo a seguir: na formação profissional, nos direitos laborais e na própria política de transportes e de serviços públicos. É por isso que defendemos, e continuaremos a defender, uma outra política.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Mota Amaral.

O Sr. Presidente: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero agradecer as intervenções aqui feitas. Parece que estamos todos de acordo na necessidade de apostar na formação profissional. Que-

ro ainda dizer que o Governo mantém o seu empenho na valorização da certificação profissional.

Ouvi o Sr. Deputado Nelson Baltazar intervir acerca da proposta de lei, nomeadamente no que diz respeito à autorização excepcional e à autorização especial. O *Boletim do Trabalho e Emprego*, de 22 de Fevereiro de 2002, estava o PS no governo, publicou um projecto de decreto-lei e um projecto de portaria e em ambos se propunha a criação da autorização excepcional e da autorização especial. A única diferença relativamente à proposta de lei que o Governo aqui apresenta hoje é na área geográfica à qual ela é aplicada e também na sistemática legislativa que foi alterada. Mas os conceitos são os mesmos. Ao ouvir o Sr. Deputado Nelson Baltazar parecia-me que o PS não tinha estado no governo nem que tinha tido exactamente esta posição, porque já nessa altura se percebeu que a formação é insuficiente. E se a formação é insuficiente, há que criar condições para que, por um período transitório, se consiga evitar que o serviço público de táxis se degrade.

Estamos de acordo com o Sr. Deputado Bruno Dias quando disse que a oferta formativa era insuficiente, estamos é em desacordo relativamente à metodologia. Devo dizer que o Governo fixou um período transitório de três anos exactamente com o objectivo de, nesse período, serem criadas as condições para que tudo o que está referido no preâmbulo seja evitado, isto é, para que a oferta formativa exista de uma forma descentralizada no sentido de os candidatos poderem facilmente aceder-lhe e obter o certificado de aptidão profissional, do qual não prescindimos.

O Sr. Deputado terá oportunidade de, na altura própria, poder analisar os decretos-lei e a portaria que regulamentará o projecto de decreto-lei que enviámos em anexo à proposta de lei de autorização legislativa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está esgotada a lista dos oradores, pelo que declaro encerrado o debate, na generalidade, da proposta de lei n.º 60/IX, cuja votação se fará no próximo período de votações regimentais.

Vamos passar ao segundo ponto da ordem do dia, que diz respeito à discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 143/IX — Adota medidas para assegurar a efectiva administração regional do antigo Hospital Militar da Boa Nova, em Angra do Heroísmo (PS).

Para apresentar o projecto de lei, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte.

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O projecto de lei que hoje tenho a honra de apresentar a esta Câmara representa muito mais do que um mero acto de transferência de património da tutela do Estado para a tutela de uma região autónoma.

Ele resulta, em primeiro lugar, de um gesto de entendimento, em concreto, daquilo que compete às autonomias regionais, no quadro da Constituição Portuguesa: promover a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a defesa dos interesses regionais.

Em segundo lugar, este projecto resulta de uma leitura da Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto, sobre a segunda alteração ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, combinada com a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, vulgarmente conhecida por lei de bases do património cultural.

Vejamos porquê.

O edifício do antigo Hospital Militar da Boa Nova, com a sua capela anexa, na cidade de Angra, foi construído durante a ocupação espanhola da ilha Terceira, nas proximidades da Fortaleza de São Filipe (rebaptizada de São João Baptista depois da Restauração de 1640), para apoio à guarnição militar e às armadas de Filipe II, e funcionou como hospital, ininterruptamente, durante três séculos e meio — desde 1615, ano em que foi inaugurado, até meados do século XX —, passando depois a sede do Distrito de Recrutamento e Mobilização. Pela data de construção e pelas funções para que foi projectado e construído — hospital exclusivamente dedicado à comunidade militar —, este conjunto arquitectónico é considerado como dos mais antigos que se conhece do seu tipo, em todo o mundo.

Actualmente, a capela faz parte do património da Região Autónoma dos Açores, integrada no Museu de Angra do Heroísmo, enquanto o edifício do hospital se encontra sob administração do Regimento de Guarnição n.º 1, de Angra do Heroísmo, mas desafectado e num progressivo estado de degradação.

Ora, ficou determinado, no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, em vigor, que «Os bens do domínio público situados no arquipélago pertencentes ao Estado, bem como aos antigos distritos autónomos, integram o domínio público da Região» e que «Exceptuam-se do domínio público regional os bens que interessam à defesa nacional e os que estejam afectos a serviços públicos não regionalizados, desde que não sejam classificados como património cultural.»

Por outro lado, o imóvel em causa detém a classificação de «Imóvel de Interesse Público», por uma resolução do Governo Regional dos Açores, confirmada pela lei de bases do património cultural, e de «Monumento Nacional», enquanto peça arquitectónica integrante da zona da cidade de Angra do Heroísmo inscrita na lista do Património Mundial, tal como é determinado pela mesma lei.

Da articulação daquilo que é possível observar no local e do disposto nas duas leis referidas, é assim legítimo entender-se que o edifício em causa, estando situado no arquipélago dos Açores, e apesar de constituir uma infra-estrutura militar, razão pela qual não passou automaticamente para o domínio público da Região Autónoma aquando da entrada em vigor do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, em 1980, encontra-se actualmente desactivado das suas funções ligadas à defesa e está classificado como património cultural, pelo que nada obsta a que a sua administração passe, de imediato, para a Região Autónoma dos Açores, como, de resto, já aconteceu com a capela anexa, nos termos da lei.

Pelas suas características arquitectónicas, pela sua história, pela sua localização, por se encontrar desocupado e

pelo facto de a capela anexa, que se integra no mesmo conjunto, já fazer parte do Museu de Angra do Heroísmo, o edifício do antigo Hospital Militar da Boa Nova reúne as condições adequadas para acolher e expor a preciosa colecção militar do Museu de Angra do Heroísmo, propriedade da região, considerada pelos especialistas como a segunda melhor colecção de objectos militares do nosso país, logo depois da do Museu Militar de Lisboa.

A transferência deste imóvel para a administração regional é, de resto, uma velha aspiração dos sucessivos governos regionais — se mo permite, Sr. Presidente, desde os governos que foram presididos por V. Ex.^a... —, cuja realização, no entanto, foi sempre impedida com base no interesse deste velho monumento para a defesa nacional — um interesse que, para quem conhece o monumento, talvez fosse mais suposto do que efectivo...

Mas agora que nem mesmo esse interesse pode ser invocado — a não ser por razões corporativistas, que, em boa-fé, suponho não existirem —, e que o Governo Regional dos Açores, no âmbito das suas competências, tem destinada para este edifício uma utilização digna e adequada à sua história, à sua arquitectura e à sua condição de monumento, solicito a esta Câmara, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que aprove o presente projecto de lei.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

O Sr. Joaquim Ponte (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a esta iniciativa legislativa no que ela tem de substancial, mas receia que a forma de lei que lhe foi conferida possa enfermar de inconstitucionalidade por pôr em causa o princípio da separação de poderes.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Como se diz no parecer da Comissão, prefigura-se uma questão administrativa de execução legal e como tal da competência do Governo. Não nos parece assim correcto o caminho proposto de um projecto de lei, mas, antes, o de uma resolução, que, no mais curto espaço de tempo possível, satisfaça o princípio contido nesta proposta. Ou seja, aquilo que o Partido Socialista teve oito anos para fazer e não fez.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Trata-se, com efeito, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, de dar o melhor destino a um imóvel que, pelas suas características arquitectónicas, pela sua história e pela sua localização, reúne as condições adequadas para acolher e expor a notável colecção militar do Museu de Angra do Heroísmo, considerada pelos especialistas a segunda melhor colecção de objectos militares do nosso país.

O antigo Hospital Militar da Boa Nova é uma construção filipina do século XVII, duplamente classificado como monumento nacional e imóvel de interesse público, que integra, de acordo com a lei, o domínio público da Região

Autónoma dos Açores e faz parte da identidade e da memória colectiva da cidade de Angra do Heroísmo.

Parece-nos, assim, justo e acertado que passe a ser administrado pelos órgãos de governo próprio da Região para o fim já enunciado e para que se interrompa um processo de degradação acelerado a que se sujeitou uma estrutura que, sendo das mais antigas do seu género existentes no mundo (um hospital militar do século XVII), em muito valoriza a zona central de Angra, conjunto classificado e incluído na lista do Património Mundial da UNESCO.

Pena foi que se levasse tanto tempo para chegar a esta conclusão e o processo do Hospital da Boa Nova que hoje aqui nos trazem bem podia servir de exemplo do que foi a má governação socialista nos Açores e dos enganos com que, sucessivamente, pretenderam iludir os açorianos falando em autonomia cooperativa e na «amizade» que nos dizia dispensar o inesquecível Eng.^o Guterres.

Com efeito, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este processo iniciou-se em Janeiro de 1997 (já lá vão seis anos e meio!), com um pedido do Governo Regional dos Açores ao Ministro da Defesa Nacional de cessação deste imóvel a título precário, dado que nessa data tinha sido desactivado dos fins militares a que se encontrava destinado.

Iniciava-se, então, um longo e penoso percurso com o processo a circular entre gabinetes, até que, em finais de 1998, o Director-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional visitou a Região e, numa reunião realizada com a presença do Ministro da República e do Secretário Regional da Educação e Cultura, equacionaram-se dois cenários possíveis para a utilização do imóvel, a saber: alienação do prédio ao Governo Regional e cedência de uso ao Governo Regional, mediante protocolo a celebrar.

Era compreensivelmente esta última a hipótese preferida pelo Governo Regional e, convenhamos, a mais justa e adequada, até pelos fins a que o imóvel se destinava. Mas não! Regressado a Lisboa, o Sr. Director-Geral informa que apenas a alienação onerosa do prédio é possível e fixa, para «amigos», o valor de 135 000 contos, sujeitos a rectificação, face ao resultado da avaliação oficial a realizar pelo Ministério das Finanças. Em face disto, o Governo Regional dos Açores, certamente abalado com este «brilhante» resultado da autonomia cooperativa, gasta quase um ano e meio para apresentar uma contraproposta no valor de 45 000 contos, e assim chegamos a Fevereiro do ano 2000.

Passaram, então, mais de dois anos para que o Ministério da Defesa Nacional respondesse à contraproposta do Governo Regional dos Açores, e fá-lo, passado este tempo, em moldes ainda mais inconcebíveis. Com efeito, não só não aceita o valor proposto pela Região como aumenta cerca de 100 000 contos ao valor que então havia fixado. Ou seja, o imóvel, para ser alienado ao Governo Regional, já não custaria os 135 000 contos inicialmente previstos, mas 225 000 contos, de acordo com a avaliação do Ministério das Finanças. E assim se chegou a Abril de 2002, felizmente em final de consulado socialista.

O assunto é retomado com o actual Governo em Outubro de 2002. Curiosamente, na mesma data em que foi apresentado nesta Assembleia o projecto de lei em apreciação.

Convirá sempre lembrar que estamos a tratar de um imóvel duplamente classificado, em acelerado estado de degradação, com assinalável relevo em períodos determinantes da história portuguesa e europeia e onde se pretende instalar e expor a segunda melhor colecção de objectos militares do nosso país, que avivam e enobrecem a memória da portugalidade.

E, portanto, de uma tarefa colectiva que se trata, tornando-se, por isso, ainda mais incompreensível a posição do governo da República socialista que, numa visão meramente economicista, se furtou às responsabilidades e aos deveres que também lhe cabiam.

E tudo isto se passa no quadro de uma autonomia dita cooperativa e com um primeiro-ministro dito amigo dos Açores. A verdade também é que, ao longo destes anos, nunca ouvimos reclamar este assunto nesta Assembleia, nem surgiu qualquer proposta de lei como aquela que agora estamos a apreciar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas, como diz o povo, mais vale tarde do que nunca, e por isso o Grupo Parlamentar do PSD associa-se aos princípios do projecto de lei, mas entende que este deve voltar a ser apreciado, tendo em vista desfazer quaisquer dúvidas que existam sobre a sua legalidade, de forma a não retardar um processo que já demorou tempo demais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Propomos, ainda, diligenciar junto do Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional para que, através de uma decisão célere, se for esta a via mais adequada de tratar a questão, se consiga satisfazer os princípios do projecto de lei com os quais reafirmamos a nossa concordância.

Os Deputados do PSD contribuem assim, de forma decisiva e responsável, para a resolução de um problema que há muito afecta os Açores e os açorianos e que já podia e já devia estar resolvido não fosse o desleixo e a incompreensão da governação socialista que nos antecedeu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte.

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS): — Sr. Presidente, começo por agradecer ao Sr. Deputado Joaquim Ponte o facto de ter recordado essa grande batalha a que eu próprio estive ligado na minha condição de Director Regional da Cultura a partir de 1996 e, portanto, conheço muito bem todo esse processo. Ainda bem que o reconheceu, embora não me tenha citado, mas isso é secundário.

O que acontece é que naquele momento não existia a lei de bases do património cultural, que só passou a ter efeitos muito recentemente, e foi na base dessa lei que articulei a minha argumentação.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso são desculpas de mau pagador!

O Orador: — Ou seja, o Estatuto Político-Administrativo da Região, em vigor desde 1980, manda que os bens não ocupados pela defesa nacional ou por outros organismos do Estado e que sejam património cultural passem para a Região. Acontece que aquele imóvel estava classificado como imóvel de interesse público pelo Governo Regional, portanto, não tinha reconhecimento a nível nacional e, por isso, não tinha cobertura naquele diploma. Só a partir da Lei n.º 107/2001, que entrou em vigor em Novembro passado, é que as classificações de património feitas pelas Regiões Autónomas passaram a ser reconhecidas e a ter valor nacional. Por isso é que só agora é que se pode fazer isso e por isso é que assistimos à pouca-vergonha que consistia no facto de o Ministério da Defesa Nacional — e, neste caso concreto, não estamos a falar de política mas de gestão de património — exigir dinheiro à Região Autónoma para adquirir um bem que a própria lei, aprovada nesta Assembleia, mandava que passasse directamente para a Região Autónoma.

Portanto, fica feita esta correcção ao que disse o Sr. Deputado Joaquim Ponte. Só a partir da lei de bases do património cultural, elaborada pelo governo do Partido Socialista e aprovada nesta Casa, é que foi possível pôr a funcionar todo este sistema.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

O Sr. Joaquim Ponte (PSD): — Sr. Presidente. Sr. Deputado Fagundes Duarte, não citei o seu nome porque não me lembrei, mas tinha conhecimento de que lá estava. Pelo facto peço desculpa, reparando assim o meu lapso.

A questão que aqui se põe — e penso ser essa a preocupação do Sr. Deputado e também a minha — prende-se com o facto de o valiosíssimo espólio que existe em Angra poder ser exposto com dignidade no espaço a que nos temos referido. Esta é que é a questão de fundo que nos motiva, ao Sr. Deputado, a mim e ao meu grupo parlamentar.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A questão que se coloca é a de saber como é que devemos fazer isso e os senhores tiveram possibilidade de o fazer ao longo de oito anos, possibilidade essa que foi considerada na reunião em que o Sr. Deputado esteve (e que há pouco me esqueci de referir) com o Sr. Secretário Regional e com o Sr. Ministro da República. Essa hipótese, além da alienação, era a cedência do uso ao Governo Regional, mediante protocolo a celebrar. Foi isto que os senhores não fizeram e é por isso que estamos hoje, aqui, com este problema para resolver.

Mas, Sr. Deputado Fagundes Duarte, garanto-lhe — tanto quanto é possível a um Deputado poder garantir —, aliás, melhor dizendo, estou convicto de que o Governo de coligação do PSD com o PP vai resolver rapidamente este problema do Hospital da Boa Hora. Não vai levar os oito anos que os senhores levaram, sem resolver coisíssima nenhuma.

Nós vamos resolver o problema para satisfação dos Açores, de todos os açorianos e de todos nós, que aqui

estamos e representamos essas pessoas, que queremos ver este problema resolvido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Compreendemos inteiramente as razões do projecto de lei ora em discussão e concordamos com aquilo que nele se propõe. Isto é, parece-nos que tem toda a justificação que as instalações do antigo Hospital Militar da Boa Nova, em Angra do Heroísmo, que estão desactivadas — que estão, aliás, em estado de degradação, segundo fomos informados — possam ser utilmente aproveitadas pela Região Autónoma dos Açores.

O projecto que existe para a utilização desse espaço em termos museológicos parece-nos inteiramente pertinente e justificado, pelo que vamos votar favoravelmente o projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista.

Verificamos agora com alguma surpresa que o PSD — embora, segundo parece, esteja de acordo com a substância — considera que a forma não era esta, que esta questão deveria ser resolvida pelo Governo.

Bem, se os senhores entendem que deve ser resolvido pelo Governo, muito bem, resolvam. Mas resolvam o mais rapidamente possível! Agora, o facto de o Governo também querer resolver não é razão para que a Assembleia da República também não o resolva, se isso estiver ao seu alcance.

Assim, pensamos que uma iniciativa legislativa que propõe que a Assembleia da República delibere sobre uma matéria relativamente à qual todos estamos de acordo só prestigia o Parlamento. Nesse sentido, não será por nós que este projecto de lei não passa. Iremos votá-lo favoravelmente, com todo o gosto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Veiga.

O Sr. Paulo Veiga (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Vem a esta Câmara o Partido Socialista apresentar um projecto de lei que visa adoptar medidas para assegurar a efectiva administração regional do antigo Hospital Militar da Boa Nova, em Angra do Heroísmo.

Este edifício tem um grande valor histórico e arquitectónico. Na opinião do Partido Socialista, reúne as condições ideais para acolher e expor a colecção militar do Museu de Angra do Heroísmo.

Este edifício teve um papel preponderante na história da ilha Terceira. Foi construído durante o período filipino para apoio à guarnição militar da ilha, funcionando ininterruptamente como hospital desde 1615 até meados do século XX.

É, talvez, o mais antigo dos hospitais militares do mundo. Foi construído expressamente pelos espanhóis para prestar cuidados de saúde aos militares em serviço no então chamado Castelo de S. Filipe do Monte Brasil.

Importa referir que este imóvel está classificado como «Monumento Nacional», enquanto parte integrante da zona da cidade de Angra do Heroísmo inscrita na lista do Património Mundial. Situação idêntica passa-se com a capela anexa ao hospital, que por si só se encontra igualmente classificada como património nacional.

Este antigo Hospital Militar da Boa Nova, assim como a sua capela, reflectem valores de memória e de antiguidade, constituindo, sem qualquer dúvida, parte da identidade e da memória colectiva da cidade de Angra do Heroísmo.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como é do conhecimento público, o Ministério da Defesa Nacional está a elaborar um estudo sobre a totalidade do património da defesa no sentido de encontrar uma solução integrada, de modo a rentabilizar todos os seus recursos disponíveis.

Paralelamente, e na sequência de uma política integrada de gestão destes activos, este projecto de lei parece-nos fora do contexto da política do Ministério da Defesa Nacional, independentemente de a ideia de instalar um museu neste antigo hospital ser exequível.

Este Governo definiu a linha de orientação e pretende cumpri-la, com a serenidade e o rigor que lhe são reconhecidos.

Para além da falta de oportunidade, levantam-se outras questões que nos obrigam a reflectir melhor sobre este projecto.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que o Partido Socialista pretende que se aprove nesta Câmara é uma solução do foro executivo, que em bom rigor pertence ao Governo.

A decisão de atribuir a administração ao Governo Regional dos Açores tem um carácter claramente administrativo e, na nossa opinião, esta não é a sede para emitir esse comando concreto. Este acto administrativo deverá ser praticado pelo Governo.

O Sr. José Magalhães (PS): — Ninguém põe isso em causa!

O Orador: — Neste sentido, a solução apresentada configura uma directiva ou um comando ao Governo, não introduzindo uma nova regra, nem uma alteração no quadro normativo sobre esta matéria.

Na realidade, e como já foi referido, representa apenas uma questão administrativa de execução legal, do quadro jurídico pré-definido, sobre a administração de imóveis pertencentes ao património do Estado, situado numa região autónoma.

Em suma, independentemente da bondade ou não da solução, é necessário reapreciar de forma profunda a questão da integração do imóvel no domínio público regional.

Nós vamos resolver o problema, coisa que os senhores não fizeram.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte.

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Confesso que estranho que só agora, após ter sido admitido pela Mesa da Assembleia da República e

de ter passado, por unanimidade, na Comissão de Economia e Finanças, este projecto de lei seja posto em dúvida com base no princípio da separação de poderes entre a Assembleia da República e o Governo, ou seja, com base num princípio de, supõe-se, inconstitucionalidade.

Em ponto algum se afirma neste projecto de lei que a Assembleia da República pretende sobrepor-se ao Governo em matéria de administração. Apenas é determinado que o Governo cumpra, finalmente, aquilo que já se encontra disposto na lei desde 1980, que é a transferência para o domínio público da Região Autónoma dos Açores dos bens do domínio público do Estado, desde que se localizem no arquipélago e não estejam afectos a serviços do Estado ou à defesa nacional.

Neste momento, e desde há já algum tempo, como já foi por todos reconhecido, o imóvel encontra-se desocupado pelo Exército, é património cultural, devendo, portanto, ser aplicada a Lei n.º 39/80, bem como as respectivas alterações posteriores.

Este projecto de lei surge apenas porque, até agora, os governos não cumpriram a lei em vigor. E porque foi referido que os governos do PS, em oito anos, não resolveram, é preciso salientar — e volto a repetir — que foi tentado por todas as vias, dentro do quadro legal que na altura era possível. Só que, na época, a classificação como património cultural não era reconhecido pelo Estado, era só pela Região Autónoma, e, portanto, não se aplicava a Lei n.º 39/80. Foi por isso que o governo do PS não conseguia resolver o problema!

Os senhores agora têm uma lei, feita pelo PS, que, conjugada com a lei anterior, permite resolver o problema.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Fico extremamente satisfeito quando vejo que há unanimidade nesta Câmara para resolver o problema. O Sr. Deputado Joaquim Ponte assumiu, em nome das bancadas da maioria e, suponho, do Governo, que o problema vai ser resolvido. Ainda bem! Estarei na primeira fila para bater palmas nesse momento.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — E cá estaremos para ouvir as suas palmas!

O Orador: — Agora, vamos é resolver!

Suponho que o problema é o facto de termos escolhido esta forma. Só que poderá haver outras. Proponho que seja encontrada nesta Câmara uma solução airosa que resolva o problema de imediato. Porque aquilo a que estamos a assistir é a uma espécie de «guerra surda» entre serviços administrativos de um ministério, um órgão de soberania, e um órgão de governo próprio de uma região autónoma.

Era isto que precisava ficar esclarecido, que a Assembleia da República, uma vez que representa a Nação, desse o seu contributo para a resolução do problema e que de maneira nenhuma o Governo sentisse que está a ser ultrapassado, porque não está. Não é essa a intenção deste projecto de lei.

Queremos apenas salientar que, se, até ao momento, o Governo não conseguiu resolver este problema, mesmo tendo ao seu dispor um instrumento que se chama lei de

bases do património cultural, ao menos, chamámos a atenção para ele e será resolvido.

Como referi na argumentação que apresentei — e que o Sr. Deputado Diogo Feio, e muito bem, aproveitou no relatório que elaborou para a Comissão —, a conjugação das duas leis permite que o Governo, por si só, execute esta transferência. Mas que o faça já! Nós daremos todo o apoio e faremos todas as adaptações que forem necessárias ao texto para obtermos o consenso final.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

O Sr. Joaquim Ponte (PSD): — Sr. Presidente, Srs.^{as} e Srs. Deputados: Muito brevemente, só para reafirmar que, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, não está minimamente em causa o princípio e muito menos as intenções — que sabemos serem as melhores — que estão na origem deste projecto de lei. Sei que o Sr. Deputado Fagundes Duarte, tal como o Sr. Deputado Medeiros Ferreira e os outros Deputados dos Açores, sofreram tanto quanto eu o desenrolar de todo este processo, que, ao longo de todos estes anos, não se resolveu. Faço aqui a justiça de remeter aos senhores esse sofrimento que também senti.

Aquilo com que nos podemos comprometer — e julgo que é sensato não avançar com uma proposta que, eventualmente, possa vir a ser acusada de enfermar de inconstitucionalidades, podendo levar a que este processo se arraste mais tempo por essa via — e aquilo que penso ser sensato é reapreciar o diploma, ver se existem ou não motivos que justifiquem essa ilegalidade e avançar, como dizia o Sr. Deputado Fagundes Duarte, com uma proposta consensual, com uma proposta que seja uma resolução do Governo, seja de que maneira for, mas que resolva efectivamente este problema que aqui nos traz.

Julgo que o que todos queremos é fazer com que o Hospital da Boa Hora passe a ser uma extensão do Museu de Angra e que recolha a colecção, muito valiosa, de objectos militares que existem na cidade de Angra do Heroísmo.

Para isso, Sr. Deputado, pode ter a certeza de que por parte das bancadas que representam a maioria vai contar com o maior empenho na resolução célere deste problema.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Sr. Presidente, não pensava intervir neste debate,...

O Sr. António Filipe (PCP): — Mas foi surpreendido pelo PSD!

O Orador: — ... até porque a posição do meu partido já foi assumida, e bem, pelo Sr. Deputado Paulo Veiga e ficou aqui claríssima.

De todo o modo, não poderia deixar passar em claro uma referência que o Sr. Deputado Fagundes Duarte fez ao rela-

tório que eu próprio pude produzir na Comissão de Economia e Finanças...

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Uma referência elogiosa!

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS): — Um relatório muito bem feito!

O Orador: — ... e que, desde já, lhe agradeço publicamente.

Mas com toda a certeza que o Sr. Deputado leu o relatório todo e terá verificado que o mesmo, que foi votado por unanimidade — aliás, o representante do Partido Comunista Português nessa Comissão pôs dúvidas quanto ao relacionamento entre poder executivo e poder legislativo —, de outra forma, fala em poder de natureza claramente legislativa e em poder de natureza claramente administrativa. Essas dúvidas foram colocadas e o relatório foi votado por unanimidade por toda a Comissão.

Por conseguinte, quero apenas deixar esta explicação e, mais uma vez, reafirmar que, como também sabem, o Ministério da Defesa Nacional tem um amplo programa em relação a todo o património do seu Ministério, onde, obviamente, se inclui a questão do hospital em causa. Não será, pois, preciso esperar seis anos para que a resolução do problema se concretize. Com toda a certeza que essa solução irá aparecer mais rapidamente e suspeito que, se calhar, o Sr. Deputado Fagundes Duarte vai aplaudir.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não há mais oradores inscritos. Eu não estou inscrito para intervir sobre esta matéria, de maneira que não irei produzir qualquer comentário de fundo sobre ela.

No entanto, alerta a Câmara para o seguinte: o diploma, que foi hoje discutido na generalidade, terá de ser votado amanhã. Sugiro que entre os vários grupos parlamentares seja elaborado um requerimento que permita que o diploma torne a baixar à Comissão para se reapreciar o assunto, enquanto se procedem a outras diligências. Penso que seria extremamente penoso que um diploma tão repleto de boas intenções, como foi por todos aqui afirmado, pudesse vir a «abortar» numa votação de generalidade. Ficaria muito entristecido com essa solução. Espero que tal não aconteça.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, gostaria de sublinhar que o voto que exprimi nos parece muito sensato e muito apropriado. Esperemos que seja possível encontrar entre os grupos parlamentares, mediante baixa à Comissão referida, uma solução que dê resposta a um problema que todos reconheceram que existe.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, há um aspecto que me suscitou uma dúvida, que aproveito, a título de curiosidade, para esclarecer: o hospital chama-se da Boa Nova ou da Boa Hora?

Vozes do PSD: — Boa Nova!

O Sr. Presidente: — Boa Nova! Mas o Sr. Deputado Joaquim Ponte por várias vezes o referiu como sendo da Boa Hora. Bem me queria parecer que era, de facto, da Boa Nova, que é, de resto, uma referência muito frequente nos Açores. A Boa Nova, relacionada certamente com a espera da chegada do navio com boas novas da corte!

Srs. Deputados, chegámos, assim, ao fim dos trabalhos.

A próxima sessão plenária realiza-se amanhã, com início às 15 horas e a seguinte ordem de trabalhos: período de antes da ordem do dia, a que se seguirá o período da ordem do dia, que constará da discussão conjunta, na generalidade, da proposta de lei n.º 50/IX — Autoriza o Governo a legislar sobre a insolvência de pessoas singulares e colectivas e do projecto de lei n.º 273/IX — Adota medidas dissuasoras do recurso às falências fraudulentas e desenvolve medidas de protecção dos trabalhadores (BE), da discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 52/IX — Autoriza o Governo a fixar as condições de idoneidade e as incompatibilidades que condicionam o acesso e o exercício da actividade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques e da apreciação do Orçamento Suplementar da Assembleia da República. À hora regimental, haverá ainda lugar a votações.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Bruno Jorge Viegas Vitorino
Carlos Jorge Martins Pereira
Daniel Miguel Rebelo
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
João José Gago Horta
José António Bessa Guerra
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria Paula Barral Carloto de Castro
Maria Teresa da Silva Morais
Miguel Fernando Alves Ramos Coleta

Partido Socialista (PS):

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 João Carlos Barreiras Duarte
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa
 António Bento da Silva Galamba
 António Fernandes da Silva Braga
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos

Partido Popular (CDS-PP):

João Rodrigo Pinho de Almeida
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva

Partido Comunista Português (PCP):

António João Rodeia Machado

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Joaquim Almeida Henriques
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 José Manuel Pereira da Costa
 Maria João Vaz Osório Rodrigues da Fonseca

Partido Socialista (PS):

João Rui Gaspar de Almeida
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL,



Depósito legal n.º 8818/85



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTES NÚMEROS (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,50